



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO - FADECAM  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO NO CAMPO

GLEICIANE DO ROSÁRIO FARIAS CARVALHO

**TERRITÓRIO, MEMÓRIAS, VIDAS E HISTÓRIAS DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO  
BATISTA NO RIO TUCUMANDUBAZINHO EM ABAETETUBA/PA**

ABAETETUBA  
2022

GLEICIANE DO ROSÁRIO FARIAS CARVALHO

**TERRITÓRIO, MEMÓRIAS, VIDAS E HISTÓRIAS DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO  
BATISTA NO RIO TUCUMANDUBAZINHO EM ABAETETUBA/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM) da Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba como requisito parcial para a obtenção de título de licenciado no curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

Orientador Prof. Afonso Nascimento.

ABAETETUBA  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

C331t Carvalho, Gleiciane do Rosário Farias.  
Território, memórias, vidas e histórias da comunidade de São  
João Batista no rio Tucumandubazinho em Abaetetuba/PA /  
Gleiciane do Rosário Farias Carvalho. — 2022.  
65 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Educação do Campo, Abaetetuba, 2022.

1. Comunidade. 2. História. 3. Identidade. 4.  
Tucumandubazinho. I. Título.

CDD 305.8

---

GLEICIANE DO ROSÁRIO FARIAS CARVALHO

**TERRITÓRIO, MEMÓRIAS, VIDAS E HISTÓRIAS DA COMUNIDADE DE SÃO  
JOÃO BATISTA, NO RIO TUCUMANDUBAZINHO ABAETEUBA/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM) da Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba como requisito parcial para a obtenção de título de licenciado no curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, orientado pelo Prof. Afonso Nascimento

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Maria Bárbara da Costa Cardoso  
Examinador 1

---

Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage  
Examinador 2

---

Prof. Afonso Nascimento  
Orientador - UFPA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, e por me auxiliar a ultrapassar os limites de acreditar que tudo é possível! Basta querer! Agradeço ao Professor Raimundo Pinheiro Gonçalves, meu primeiro educador, apesar das dificuldades de serem aulas multisseriadas, meus eternos agradecimentos. Aos professores do Ensino Fundamental e Médio, do Colégio da Vila Santa Terezinha (antigo SOME) que foram essenciais para a construção de nosso conhecimento formal, com destaque especial para a diretora Cenira, que apesar dos desafios sempre nos incentivou a nunca desistir.

Agradeço aos meus pais Benedita do Socorro Farias Carvalho e Emiliano dos Santos Carvalho, por todo carinho e dedicação. Meu esposo Jocivaldo Sagica, e meus filhos Bruna e Diego Carvalho na compreensão de minha ausência enquanto me dedicava na realização desse sonho. Sei que estes sempre me apoiaram em todos os momentos de minha pequena vida, e agradeço aos que me criticaram por pensarem de forma errônea e equivocada.

Aos professores da Universidade Federal do Pará (FADECAM) que compartilharam seus conhecimentos, experiências, saberes, com os quais me fizeram refletir e aprender sempre mais por mas que os caminhos sejam difíceis. São seres de luzes, sem armadura e prontos para a batalha.

Aos meus nobres colegas de turmas que levarei gravados em meu coração, que foram alicerces de positividade nos momentos de fragilidade, de alegria, ao grupo de estudo e de estágio, com os quais pude ter a certeza que a vida é marcada pelo entrelaçar dos mistérios dos destinos. Sem esquecer deles, que diariamente estavam fazendo seu trabalho com entusiasmo e dedicação, os funcionários e funcionárias da UFPA, desde o porteiro até o motorista. São seres humanos, pessoas admiráveis que levarei pra vida toda.

A todos o meu muito obrigado!

“Refletir sobre os saberes, imaginários, representações e as práticas cotidianas construídas em uma realidade cultural própria e marcada pela precariedade social, econômica e política torna-se importante para a reflexão da práxis dos atores sociais da própria comunidade ribeirinha”  
(OLIVEIRA, 2008, p.23)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral empreender de que maneira se constituiu a história, vida, identidade e território da Comunidade de São João Batista no Rio Tucumandubazinho em Abaetetuba/PA. A metodologia do trabalho se baseou em pesquisa de cunho qualitativa, com estudo na história oral. Como resultado pontou-se as seguintes seções: 1-Refletindo memórias, território e identidade dos sujeitos do campo. Buscou-se abordar a história da comunidade São João Batista, Rio Tucumandubazinho por meio da memória de seus sujeitos; 2: Comunidade São João Batista no olhar dos sujeitos das águas. Ressaltou-se o território e vida da comunidade, suas práticas e vivências do trabalho no cotidiano da comunidade; 3: RESISTENCIA E DIREITOS- Memória de luta do Programa de Assentamento Extrativista (PAE Ilha Bacuri). Destacou-se a dinâmica da luta e resistência do assentamento. Os resultados da pesquisa demonstraram que os aspectos sociais, culturais, identitários, e o modo de vida, do trabalho e cultura da comunidade vem se mantendo de geração em geração, embora o mundo esteja em constante transformação e o sujeito possa modificar e até mesmo mudar de pensamento e de vida.

**Palavras-Chave:** Comunidade. História. Identidade. Tucumandubazinho.

## ABSTRACT

The present work had as general objective to understand how the history, life, identity and territory of the Community of São João Batista on the Tucumandubazinho River in Abaetetuba/PA was constituted. The methodology of the work was based on qualitative research, with a study in oral history. As a result, the following sections were scored: 1- Reflecting memories, territory and identity of the subjects of the field. We sought to approach the history of the São João Batista community, Rio Tucumandubazinho through the memory of its subjects; 2-São João Batista Community in the eyes of the subjects of the Waters. The territory and life of the community, its practices and experiences of the daily work of the community were highlighted; 3:RESISTANCE and RIGHTS-Memory of the struggle of the Extractive Settlement Program (PAE-Bacuri Island). The dynamics of the settlement's struggle and resistance were highlighted. The research results showed that the social, cultural, identity aspects, and the way of life, work and culture of the community have been maintained from generation to generation, although the world is in constant transformation and the subject can modify and even change of thought and life.

**Keywords:** Community. History. Identity. Tucumandubazinho.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 9  |
| <b>CAPÍTULO 1: REFLETINDO MEMÓRIAS, TERRITÓRIO E IDENTIDADE DOS SUJEITOS DO CAMPO</b> .....                                   | 14 |
| <b>1.1 A busca de reconstruir os cacos da história da comunidade São João Batista, Rio Tucumandubazinho.</b> .....            | 14 |
| <b>1.2 Rememorando as raízes de nosso território e identidade ribeirinha.</b> .....   | 19 |
| <b>CAPÍTULO 2: COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA NO OLHAR DOS SUJEITOS DAS ÁGUAS</b> .....  | 25 |
| <b>2.1 Comunidade São João Batista: vida e histórias.</b> .....   | 25 |
| <b>2.2 Práticas e vivências do trabalho no cotidiano da comunidade do Rio Tucumandubazinho</b><br>.....                       | 34 |
| <b>CAPÍTULO 3: RESISTÊNCIA e DIREITOS - Memória de luta do Programa de Assentamento Extrativista (PAE –Ilha Bacuri)</b> ..... | 42 |
| <b>3.1 Como surgiu a luta do assentamento?</b> .....  | 42 |
| <b>3.2 Em quanto assentados quais os seus direitos.</b> .....   | 50 |
| <b>3.3 O Ser ribeirinho na resistência do território das águas.</b> .....   | 52 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 55 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 57 |

## INTRODUÇÃO

O título desta pesquisa – Território, Memórias, Vidas e Histórias da Comunidade de São João Batista no Rio Tucumandubazinho em Abaetetuba/PA, parte do pressuposto de que a vida nas comunidades ribeirinhas se influencia pelo contato com a natureza e suas riquezas espetaculares onde vivem milhares de indivíduos, que permanecem em terras cercadas por águas que compõem o cenário do município de Abaetetuba, localizado na região nordeste do Pará. Sendo necessário a manutenção e valorização dessa cultura onde eles estão inseridos, e que detêm características e peculiaridades de seus antepassados, mantendo viva a importância de preservar sua cultura, e sua maneira de viver em sociedade.

Assim, o mesmo tem como objetivo geral: Empreender de que maneira se constituiu a história, vida, identidade e território da comunidade São João Batista do rio Tucumandubazinho em Abaetetuba/PA, e objetivos específicos: Abordar fundamentações teóricas e práticas que contribuem para a compreensão da concepção de vida do campo, de memória, de território e identidade; registrar a memória dos sujeitos da comunidade destacando detalhes da história, identidade e formação do território comunidade São João Batista; analisar a relevância da memória dos sujeitos como campo de resistências e lutas por direitos.

Buscando enfatizar acerca dos significados existentes sobre a Comunidade São João Batista no que diz respeito ao processo histórico para a constituição da memória, a vida da comunidade, a identidade e o território na construção do saber local, como uma referência religiosa e cultural da localidade.

Partindo dessa perspectiva de análise, e sabendo da problemática de que a comunidade não possui em suas dependências nenhum registro histórico de sua fundação que configure sua autenticidade de forma documental, a não ser através da oralidade que se propaga pelas lembranças das pessoas que residem na comunidade. Deixando um rastro de esquecimento de todo um conjunto do processo de construção que mantém de pé toda uma ancestralidade na cultura local.

O locus da pesquisa é a comunidade São João Batista do Rio Tucumandubazinho, pertencente ao município de Abaetetuba/PA, partindo do princípio de que todo espaço possui uma característica única e peculiar na significância de sua existência que o torna singular, definidor de uma identidade que vem constituir pertencimento pelas práticas exercidas nas manifestações socioculturais do cotidiano da comunidade de modo a consolidar uma referência para o lugar.

Quando nos deparamos com o sentido de memória, percebemos que são as ações individuais ou coletivas que estão guardadas no nosso pensamento, e que fazem parte da nossa história. Uma fonte inesgotável de informações onde está a base fundamental do alicerce da nossa história local, e um elemento chave para reconciliarmos com os fatos anteriores.

Contudo, é necessário estimular em consideração a relevância do estudo da memória que permitirá aos grupos manter vivo o sentimento de identidade dos sujeitos, reforçando sempre mais o respeito à cultura, a identidade, a história, a vida e o pertencimento, eternizando momentos fundamentais, sendo como uma referência para a comunidade como um todo. Trabalhar com a memória é jamais permitir que ela caia no esquecimento, mas sim, entender que é indispensável para a preservação do passado na construção do presente e na afirmação do futuro.

Tal trabalho se justifica por entender a importância da comunidade São João Batista que se faz presente nos próprios personagens vivos e ativos da mesma para a história local. Com o intuito de enfatizar os significados existentes sobre a Comunidade São João Batista no que diz respeito ao processo de formação histórica, a Memória, a Vida da comunidade, a Identidade e o Território na construção do saber local, como uma referência religiosa e cultural da localidade. Dessa forma, analisaremos através dos vestígios da lembrança do passado como este patrimônio cultural é de total relevância para a construção da História, Memória, Vida da comunidade e o Território como dinâmica de pertencimento. A memória no entendimento popular é a capacidade que o indivíduo possui de conservar e relembrar fatos históricos do passado, como um mecanismo de lembrança que pode ser um processo de interação de cada sujeito.

Quanto ao processo metodológico da pesquisa, o ambiente pesquisado localiza-se ao nordeste do Estado do Pará, o município de Abaetetuba situado no estuário dos rios Pará e Tocantins, pertencente a macrorregião de Cametá ao norte brasileiro a margem direita do rio Tocantins, sendo considerada a cidade polo da região do Baixo Tocantins estando divididos em diversas comunidades, onde se encontra também o Rio Tucumandubazinho.

A análise buscou novos conhecimentos acerca do evento de extrema importância para quem vive as margens dos rios e andam de canoas, visando compreender a ligação com os indivíduos, com o ambiente sagrado e fazendo uma abordagem qualitativa.

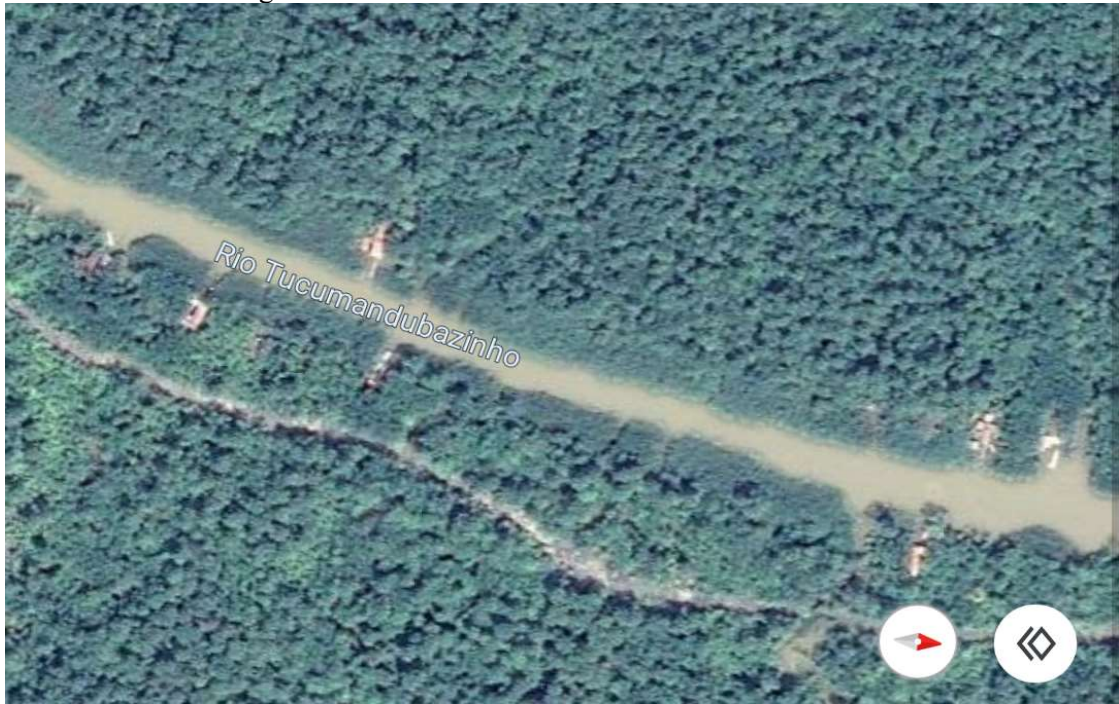
O objetivo crucial desta pesquisa é o levantamento sobre o processo histórico da Comunidade São João Batista, a devoção dos fiéis, o espaço sagrado, a história de vida dos moradores, são aspectos fundamentais que nortearam este estudo para dar suporte ao trabalho em questão. Por compreender que a Comunidade São João Batista representa importante papel na identidade dos sujeitos da comunidade, a pesquisa a ser realizada traz a seguinte questão



uma homenagem pelos “serviços prestados”, pois a última rua do bairro São Lourenço recebe hoje o seu nome. Nas palavras de Jorge Machado:

Francisco Azevedo Monteiro merece o crédito e a alcunha de fundador de Abaetetuba por ter, sem dúvida, lançado as bases do povoado que mais tarde evoluiria na vila de Abaeté. Entretanto, o grande responsável pela formação do vilarejo foi Manoel da Silva Raposo (MACHADO, 2008, p. 9).

FIGURA 2: Imagem da Comunidade do Rio Tucumandubazinho em Abaetetuba/PA



FONTE: Google Maps, 2019

Observa-se a grande influência da cultura indígena e dos escravos, além de uma predominância da língua indígena na linguagem local, o próprio nome da cidade é indígena (Abaetetuba=Terra de homens fortes e Valentes). Além disso, o município é banhado por rios de água doce. O município abrange 72 comunidades. O município “possui uma topografia bastante acidentada quanto à presença de ilhas, rios, igarapés, furos, baías, praias e costas que constituem a Zona Ribeirinha ou a Região das Ilhas de Abaetetuba, como é mais conhecida pela população local”. (ROCHA, 2013, p. 34).

O município de Abaetetuba, cujo nome tem origem do Tupi-guarani, significa terra de Homens fortes/corajosos, fica localizado à margem direita do rio Tocantins, em frente à Baía de Marapatá, no Baixo Tocantins, banhado pelo rio Maratauíra (um dos afluentes do Rio Tocantins) (SANTOS 2016, p. 11).

Quanto a comunidade pesquisada, o Rio Tucumandubazinho é atravessado pelas águas, rios e florestas componentes do cenário amazônico e onde todo o movimento populacional e econômico é realizado pelos rios, tão fortes na vida da comunidade, sendo navegável por

embarcações de pequeno, médio e grande porte em sua maioria motorizada a óleo diesel e outros tipos de combustíveis, utilizados em lanchas, voadeiras, rabetas, etc., que transportam pessoas ou mercadorias, diminuindo a distância entre a comunidade ribeirinha e as cidades.

A discussão dos dados foi realizada a partir dos métodos de análise de conteúdo, que tem por finalidade interpretar e dar suporte as falas dos entrevistados, enriquecendo sempre mais o trabalho de campo. Após as averiguações e transcrições do conteúdo gravado, houve uma leitura criteriosa e uma interpretação, para identificar as questões referentes às atividades proposta no discurso da pesquisa.

Sendo assim, a opção da temática e o lócus como área de estudo compreende os objetivos básicos. O primeiro de caráter pessoal, já que enquanto pesquisadora, sou filha e residente deste rio e vivenciei diariamente a realidade descrita neste contexto das comunidades, participando enquanto sujeito das transformações socioespaciais, no tema proposto do Rio Tucumandubazinho. O estudo deve contribuir com a minha formação acadêmica enquanto futura docente do campo e, auxiliar sempre mais no conhecimento sobre a temática aqui proposta e outras mais. Sou educanda do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humana. Sou moradora, sou mulher, estudante, pesquisadora, mãe, esposa, filha deste local que representa minha trajetória e minha transformação intelectual.

O segundo é exatamente por entender que as comunidades ribeirinhas, deste município constituem-se como fonte de pesquisa, e de conhecimento em principal no que concerne a vida ribeirinha enquanto temática, tudo voltado ao seu aspecto, sua individualidade, sua personalidade fixada no vivenciar da vida nas águas.

O terceiro diz respeito a necessidade de aprofundamento do conhecimento acadêmico-científico sobre os métodos e a vida cultural que historicamente se fazem presente no interior das cidades amazônicas, seja nos pequenos núcleos urbanos ou nas pequenas comunidades que ainda, hoje, encontram sua dinâmica fortemente influenciada pela vida nos rios, como no caso da comunidade do Rio Tucumandubazinho em Abaetetuba/PA que contam com a suma importância de seus para o fortalecimento econômico do espaço.

Diante do exposto, este trabalho visa compreender de que maneira se constitui a história, vida, identidade e território da comunidade São João Batista do Rio Tucumandubazinho. E que aspectos sociais, culturais, identitários, e o modo de vida, seu trabalho e sua cultura vêm se mantendo de geração em geração. Foi realizado uma pesquisa de campo para analisar os dados capazes de revelar a compreensão do trabalho e conhecer acerca das problemáticas das teorizações, a partir de análises extraídos de fontes bibliográficas e artigos como recurso de informações.

## CAPÍTULO 1: REFLETINDO MEMÓRIAS, TERRITÓRIO E IDENTIDADE DOS SUJEITOS DO CAMPO.

### 1.1 A busca de reconstruir os cacos da história da comunidade São João Batista, Rio Tucumandubazinho.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (Bosi, 1995:55).

A memória de um povo é a garantia de se perpetuar nossas raízes culturais. A comunidade São João, permeada por saberes de contações de histórias presente na memória de seu povo ribeirinho resiste aos “novos tempos” acelerados da nova era tecnológica, digital. Comunidade tradicional traçada pelo suor, trabalho, educação dos mais velhos que se preocupam em deixar o legado para os mais jovens com o objetivo de dar continuidade aos registros vivenciados ao longo de suas vidas e que se tornaram relevantes na construção da história de homens e mulheres que fazem a comunidade ribeirinha de São João Batista.

Trazer a memória nos reporta a expressão de origem grega, a memória é associada à deusa *Mnemosine*, musa e protetora das artes e da História, sendo a ela atribuída a capacidade de recordar o passado e comunicá-lo aos homens. A existência do *mnemon*, cidadão encarregado de guardar a lembrança do passado tendo em vista uma decisão judicial, ilustra o propósito de conferir à memória uma função social. No cotidiano do ocidente medieval cada fiel é chamado a viver segundo a memória das palavras de Jesus, e a comemoração dos momentos fortes da liturgia católica – Natal, Quaresma, Páscoa e Ascensão- se articulam com a celebração dos santos e suas respectivas recordações (LE GOFF, 2000, p. 21-44).

Percebemos a magnitude da memória para o povo grego que as transformavam em divindades, o que acarretava lembranças aos atos heroicos. Dessa forma:

É compreensível que povos extremamente bem dotados embelezem suas recordações em sagas convertidas e tipos transmissores de ideias para os quais se direciona o espírito do povo. É também compreensível que sua crença se lhes transpareça e justifique na forma de histórias sagradas nas quais o objetivo da crença é apresentado como conteúdo real, e, assim, que o mito e a saga se desenvolvam conjuntamente. (DROYSEN, 2010, p. 37).

Podemos considerar, aliás, que a memória não é simplesmente vestígio de um passado, mas sim, uma fonte enriquecedora de preservação do mesmo, principalmente para os gregos, que configurou como uma memória coletiva que foram embelezadas por inúmeras gerações. Recontar a história é tentar na medida do possível reconstruir o que ainda sobrevive de um passado guardado na memória, que se propaga na busca da afirmação de uma identidade que se

configura na construção do passado e do presente da comunidade São João Batista, e como esse elo de herança faz das lembranças um depósito (memória) as representações simbólicas das vivências oriundas do conhecimento de seus sujeitos.

Com efeito Droysen (2010) menciona que a memória é a:

[...] necessidade mais autêntica da humanidade. Seja estreito ou amplo o círculo que abarcam, elas jamais deixam o homem; Não há comunidade humana possível sem memória; toda comunidade tem, em seu devir e em sua história, uma imagem de seu ser – um bem comum de todos os que nela participaram, e que só torna sua comunhão mais sólida e íntima. (DROYSEN, 2010, p. 37)

Esses mesmos sujeitos tentam manter viva as recordações de uma simbologia representada pela significância que o espaço social tem para cada um. Essa significância está explícita na memória que se transforma nos hábitos de viver da comunidade São João Batista. Salientando as vivências, o sistema de parentesco, o cotidiano, as simbologias, os hábitos, e os modos de vida que se respira na localidade. Como salienta Mello (2008, p. 56).

[...] mais do que um espaço físico, [...] um palco de vivências que articula afetos, dramas, traumas e demais emoções. [...] o território constitui uma instância de codificação, marcação e delineamento das relações de parentesco. Lembrar-se dos “antigos” envolve a referência às relações de parentesco, aos “corpos que circula[ra]m pelo território”, à reiteração das relações entre mortos vivos, à definição de pertença e das fronteiras étnicas (MELLO, 2008, p. 56).

Neste estudo, as práticas simbólicas, representadas por vivências cotidianas, hábitos, crenças e modos de fazer e viver em uma sociedade, são entendidas como patrimônio imaterial. Tais práticas são experiências que, segundo Certeau (1998), constituem como práticas ordinárias, ou seja, operações do dia a dia. Dessa maneira, a memória das referências simbólicas “procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. (LE GOFF, 1996, p. 423); e ainda avigora as tradições, repete códigos comportamentais, cria novos códigos e contribui para a afirmação das identidades culturais.

Neste sentido, é a memória que, ao definir o que é comum ao grupo e o que diferencia, irá fundamentar e reforçar sentimentos de pertencimento. Assim, a memória, como lembranças, é viva, se realiza e consolida como pertencimento (POLLAK, 1992). Aliás, pode-se dizer que a memória é fruto do entendimento das experiências de um momento vivido; é uma espécie de guardiã da integridade de cada grupo social, que assegura a sobrevivência dos acontecimentos que marcaram um tempo e garante a partilha desses acontecimentos entre indivíduos de um grupo social. É o que argumenta Pierre Nora, em sua definição sobre Memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética das lembranças e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e

manipulações, suscetível de longas latências e de repentina revitalizações (NORA, 1984, p. XIX).

Afinal, a memória é um elo de construção identitária. Para Pollak (1992), as identidades se constroem a partir de visões do passado, que funciona como pontos de referência para determinados grupos e fornecem coerência, no tempo, a seus quadros de representação simbólica. Pois, a memória é fruto da experiência de vivências que possibilitam aos membros de uma comunidade a sensação de estarem dentro da própria história, fazer parte dela e contribuir em sua origem.

As memórias da comunidade São João se fazem pela remorização de fatos que foram repassados pelos mais velhos, mais experientes. Quando analisamos o processo de rememoração, trabalhamos com a memória com a intenção da construção identitária, pois segundo o autor a rememoração está ligada a questão de identidade, de acordo com Thomson:

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembremos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido (THOMSON, 1997, p. 57)

Essas análises trazem a interpretação de que o indivíduo com suas recordações, com as lembranças, constrói seus pensamentos, fazendo parte do momento presente, e se vincula ao passado em busca de significados que sejam capazes de manter suas escolhas. Assim, Halbwachs, afirma que:

É no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em sua presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem desse emaranhado de experiências (HALBWACHS, 2006, p.67).

Um conjunto de momentos vividos que servirão de suporte para o reconhecimento da identidade histórica da comunidade São João Batista, alicerçada pela simbologia do patrimônio cultural que é representada pela mesma como marco da história local, narrada pelos indivíduos que sobreviveram as transformações temporais e hoje são destaque, figura principal na perpetuação do significado que a mesma possui na vida de cada sujeito que convive na localidade. Segundo Benjamim (1996)

A narrativa encerra saberes antigos e distantes da nossa cultura atual, pois germinou outrora como forma de expressão oral, como modo de manter vivas as histórias que não se podiam esquecer jamais, patrimônio da humanidade. A narrativa, conforme afirma o autor, tem como fonte de seu enredo e de sua tessitura a experiência

acumulada pelo narrador. Ela possui a qualidade de conservar a tradição, de manter vivas suas relíquias justamente por que pode ser facilmente contata a recontada, alcançando com isso ampla circulação social, pois tem uma dimensão utilitária e um laço estreito com seus ouvintes. Por essa perspectiva, a narrativa está articulada, à memória, à preservação de um saber-fazer socialmente constituído e cultivado. (Pinto, 2002, p. 2)

A reconstrução histórica do passado será sempre uma problemática, as vezes incompleta. Segundo Nora (1993, p. 07) “o arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, do mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo”. Podemos perceber que as heranças das lembranças históricas do passado estão presentes na memória individual de cada indivíduo que constitui este fragmento. De acordo com Pollak (1992, p. 202); “a priori, a memória é um fenômeno individual, próprio de cada sujeito, entendida também como um fenômeno seletivo e social, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”.

Através dos fragmentos ou dos cacos do passado é possível reconstruir e ressignificar seu espaço por um determinado vestígio do passado, talvez não por completo, mas em parte que tenha fundamental relevância na dinâmica do local, principalmente a qual está presente nas lembranças dos sujeitos um marco histórico que se constitui em construção sobre a identidade cultural e imaterial da comunidade São João Batista. Segundo Artières “Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano” (ARTIÈRES, 1998, p. 14).

Como forma importante de se construir um ponto de vista diferenciado do passado, através das nossas recordações, e dos fatos orais dos sujeitos, estes fragmentos são registros fundamentais para fazer uma visita no passado e sermos conhecedores da trajetória das pessoas e da vida da comunidade, bem como nos lembra Josep Fontana

As nossas recordações não são restos descoloridos de uma imagem fotográfica que reproduz fielmente a realidade, mas sim uma construção que fazemos a partir de fragmentos de conhecimentos que já eram, na sua origem, interpretações da realidade e que, ao voltarmos a reuni-los, reinterpretamo-lo à luz de novos pontos de vista.” (FONTANA, 1998, p. 267).

Esses pequenos cacos se tornaram uma totalidade do que já existiu, e agora restam apenas as recordações dos momentos vividos pelos personagens vivos presentes na comunidade. Uma concordância com o poema de “Coleção de Cacos” de Drummond, o mesmo refere-se à memória como cacos, pequenos fragmentos, que espalhados, cabe a qualquer um poeta, pesquisador, enfim, a qualquer pessoa que almeja reorganizar, juntar, e reconstruir o que estes representam. Uma tarefa dolorosa, que se propaga na herança escondida no esquecimento,

porém, é preciso acender as chamas e trazer do esquecimento a imagem do inteiro que nos pertencia.

Nossas lembranças, nosso passado, nossas histórias, são as imagens quase que, apagadas pelo tempo, são relíquias de uma pessoa e de momentos perdidas no seu interior. Este espaço de memória afirma cada vez mais o lugar da sociabilidade, as experiências compartilhadas, nossa autonomia de identidade e nosso sentimento de afirmação de territorialidade e de pertencimento à cultura local. Relembrar os cacos do passado, é formar na atualidade dos moradores a possibilidades de registrar de forma documental uma nova experiência que estava adormecida na memória dos mesmos, que cairia no esquecimento dos sujeitos que se constitui como transmissores desta oralidade.

Conhecer a história da Comunidade São João Batista é a realização da concretude de tornar possível os traços perdidos de uma comunidade que tem seus saberes passados pela oralidade de seus moradores e respectivos fundadores. É preciso ir fundo no íntimo da memória, e descobrir que os vetustos são símbolos e significados que contam a história de um povo, de uma comunidade, de um território, de uma vida, de uma ancestralidade, que jamais deve ser apagada ou ficar perdida no tempo ou no esquecimento. Mas que esteja presente e viva no cotidiano dos seus indivíduos, para que os mesmos percebam a importância da memória na construção da identidade local.

“Escavando e recordando” [a memória] é o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades ficaram soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não devem temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois ‘fatos’ nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz inventário dos achados e não sabem assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. (BENJAMIM, 1987, p. 239).

A memória expressa e ao mesmo pode reproduzir fatos do mundo e da vida, através das relações do cotidiano ou das vivências pessoais ou individuais. Através desse mecanismo que uma comunidade, ou até mesmos os próprios indivíduos, recordam o passado alicerçada nas instituições sociais como a família, religião, o laço de parentesco.

## 1.2 Rememorando as raízes de nosso território e identidade ribeirinha.

De acordo com Tizon (1995) num sentido antropológico, onde o território é o “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processo de construção de identidade”. Com uma análise mais próxima da Sociologia do desenvolvimento, Abramovay (1998) apresenta a ideia de que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

Observa-se, dentro do posicionamento dos autores supracitados acima que o território é um espaço de relações sociais, onde podemos notar de maneira evidente o sentimento de pertencimento dos envolvidos ou dos próprios atores locais à identidade, os laços de solidariedade, as formas de sobrevivências, as relações de poder, os grupos sociais que pertencem a esse território a partir dos saberes como forma de sustentabilidade na relação com o meio ambiente, os ecossistemas, os recursos naturais, usos sustentáveis da biodiversidade utilizada na prática do cotidiano, uma característica da cultura local muito presente na região Amazônica.

Ao longo dos anos, no contexto da história da região Amazônica ficou evidente no imaginário social um conjunto de representações e símbolos a respeito do território da Amazônia e especialmente no que diz respeito às populações tradicionais da região, tomando como exemplo, os ribeirinhos. Essas formas de enxergar e as representações agiram de forma negativa na identidade dos povos do campo que a conduziram em uma invisibilidade da população da Amazônia. De acordo com Cruz:

“Historicamente se sedimentou no imaginário social, um conjunto de representações, imagens, e ideologias sobre a Amazônia, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Diferentes “olhares” vão de um extremo ao outro... (CRUZ, 2008, p. 52)”

Como enfatiza Ribeiro:

“Decerto, as identidades não são absolutas, prontas e acabadas. Elas se estabelecem no convívio social, no qual se cria e recria constantemente o sistema de valores e crenças, a compreensão do sentido de objetos, ações e relações interpessoais em um determinado grupo, caracterizando-o perante os demais” (RIBEIRO, 2007, P.04).

Compreendemos que a história está sempre em constante movimento, ela é reflexo de toda uma construção histórica e social que aos longos dos anos pode ser ressignificada pelas mudanças e transformações que a sociedade sofrera e as relações de poder fixada na Amazônia, sejam elas de interesses econômicas, sociais, políticas e culturais, mesmo assim, ela possui em sua estrutura algo indeterminado e inacabado.

Os questionamentos a respeito da identidade são cercados de teorias, é fundamental levar em conta uma série de implicações que são básicas na construção da identidade ribeirinha de tais populações. Cruz (2011) enfatiza três olhares de como vemos a identidades dos ribeirinhos da região Amazônica (olhar naturalista, olhar tradicionalista ou romântico e o olhar moderno) estes diferentes olhares nos dão uma magnitude de como enxergamos tais populações da região Amazônica.

O olhar naturalista destaca a Amazônia, como significado de natureza, um paraíso, a fauna e flora, uma exuberante floresta de recursos naturais que deve ser explorada, sendo mais notificada pelos meios de comunicação, que apenas enxerga o natural que necessita ser vencida, as populações como sinônimo do exótico, pois homem e natureza convivem de forma harmoniosa.

O olhar tradicional ou romântico está vinculado ao modo de vida, o jeito de morar na beira do rio, o simbólico, uma forma de viver que ficou marcada ou parada no tempo que precisa ser vencida, retirando-o da visão de 'bom selvagem'. Essa população tem formas e modos de vida simples e bem particular de viver.

O olhar moderno, sempre de forma discriminatória e preconceituosa, tem uma visão errônea de julgar tais populações que as vejam como atrasada, no estágio de selvagem e necessitam passa para o estágio de civilizado. Elas são denominadas de atrasadas e improdutivas em questão de tempo e espaço que são modernos, avançados, estes olhares se atribui as populações com o estereótipo de caboclo. Com a pretensão de que o território e as populações devem ser tomados pela dinâmica capitalista que esta pautada no mercado, no capital, e nos territórios existem as infinitudes de recursos, matérias primas que fomenta o capital (CRUZ, 2011, p. 23).

Observando a extensão territorial da Amazônia, não devemos deixar passar despercebida a múltiplas diversidades sociocultural que abrange os índios, os caboclos, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os quilombolas, e finalidades de outros grupos que representam este cenário.

Essas mesmas populações possuem características que as diferenciam uma das outras e necessitam ser levada em conta, possuem um saber ou conhecimento misterioso da natureza e seus ciclos, perpetuando um modo de vida particular, influenciado sob o ritmo dos rios, os mitos, os rituais, e as simbologias que representam o significado imaterial.

Sendo análise de múltiplos estudos as populações ribeirinhas estão sempre em destaque, na região da Amazônia é fácil encontrar nas margens dos rios, tais populações, que apesar da modernidade, ainda vivem de modo simples, que sobrevivem da caça, da pesca, do extrativismo vegetal e de inúmeras plantações que são marcadas pelos limites das marés, dos rios. Com uma diferença notória dos que vivem nas cidades e sentem-se até superiores aos ribeirinhos, pelo fato, do sistema de rapidez marcado pelo conforto, estudo, saúde, educação, enfim.

Com as transformações após a década de 60 e 70 a Amazônia passou por mudanças em sua estrutura, sendo comandada pelo aceleração do tempo, e na agilidade de integrar a região ao restante do país, com processo de industrialização, urbanização das cidades, nítidos modelos

do sistema capitalista, vista ainda, como um “vazio demográfico” e uma grande fronteira a ser explorada. Como nos informa Cruz.

Assim, para compreendermos as diferenças e as identidades na Amazônia precisamos levar em conta os espaços produzidos estruturalmente pelo desenvolvimento desigual e combinado do processo de expansão territorial dos atores hegemônicos da economia, da política e da cultura que imprimem uma nova temporalidade espacialidade após a década de 1960 na região, o ritmo da produtividade, o processo de modernização que incide de forma desigual e diferenciada em densidade e intensidade nos diferentes nos lugares. Contudo, precisamos igualmente reconhecer outras temporalidades e espacialidades, aquelas dos sujeitos não hegemônicos, ou subalternizado, partir da recriação de singularidade culturais próprias de cada lugar através dos diferentes modos de vida, dos ritmos vividos, cotidianamente que implicam em experiências, vivências, identificações com o espaço (CRUZ, 2008, p. 57).

O modo de vida das populações ribeirinhas na Amazônia, salienta os múltiplos olhares, saberes e a importância social que o território possui na dinâmica de cada sujeito, na relação com a natureza e a identificação com o processo cultural que as apontam como tal, haja vista que observar a comunidade é trilhar nos modos de vidas que estão inseridos neste território, e transforma-los é cometer um atentado contra a própria vida.

É nítido que a formação do território amazônico aconteceu em cima de muita exploração, desde a chegada dos portugueses até o momento atual. Para compreendermos a diversidade das identidades das populações da região Amazônica é necessário leva em consideração seu modo de vida, suas peculiaridades, especificidades, sua maneira de ser e de falar que lhe atribui um sentido todo especial e único de ser do campo, viver no campo e estar no campo. Um ser diferente que lhe confere identidade única, um território que lhe represente, uma vida que é marcada pelo curso do desafio de se afirmar sempre mais o que é ser amazônidas. Pois a região Amazônica é a construção da miscigenação da formação de vários povos que chegaram no período da Colonização, resultado expressado hoje pelo processo histórico que se transfigura na diversidade dos grupos étnicos que vivem na região atualmente.

Quando nos debruçamos sobre a discussão referente as populações da Amazônia, as comunidades ribeirinhas é a representação do curso natural da cultura amazônica. Partindo desse ponto de vista, percebemos a importância dos rios e das matas em diversas perspectivas da região. De acordo com Scherer (2004) caracteriza a região amazônica a partir de dois padrões de ecossistemas denominados de terras firmes que áreas extremamente altas ocupadas por florestas que não estão sujeitas as inundações, e as terras de várzeas que são as áreas baixas dos rios conseqüentemente sofrem inundações periódicas em época de chuva pela baixa densidade por vários meses ao ano, está por vez compõem a maior parte do território amazônico. Dessa forma, Castro diz que:

Denominamos ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto de propriedade privada. (CASTRO, 1998, p.7).

As famílias ribeirinhas são estabelecidas pelo trabalho na roça e a participação da vida social religiosa da população construindo sua própria organização, estratégias de adaptação, identidades e instituições. Acerca da religiosidade ribeirinha:

“A cultura religiosa católica das populações ribeirinhas, habitantes dos rios marajós (campos e florestas) na sua constituição histórica sofreu influências do catolicismo colonizador de matriz ibérica, da presença negra e nordestinas, sem perder, contudo, aspectos de crença míticas, lendárias, características, de seu torrão de formação indígena. Dando origem as formas de religiosidade mescladas, em elementos provindos de outras culturas aqui foram ressignificados, muitas vezes em tons satíricos ou ganhando formas grotescas, habitantes marajoaras recriaram dimensões próprias de lutar pela preservação de seus saberes, tradições, linguagens, culturas.” (SARRAF, 2008, p.22.).

Apesar da imposição dos algozes em um período sombrio de nossa história, nossa composição identitária conseguiu sobreviver aos desafios de reafirmar e manter a sua autonomia nos encontros com outras culturas. Dessas práticas resultaram um modo de vida peculiar que é traduzido na maneira de ser do campo ou da floresta, um significado de luta que no período colonial não poderia ser afirmado. Hoje, elas são sinais de transformação de um povo que recria a sua história, seus saberes, danças, religiões, cantos, que são expressões de um patrimônio cultural material e imaterial que está escrito no contexto amazônico. Essa conotação é visível no dizer do coordenador da comunidade:

É bom, morar nessa comunidade, apesar de algumas dificuldades que enfrentamos é bom, pois é um lugar onde temos uma tranquilidade entre as famílias, também o modo de convivência é bom e diferente principalmente de muitos lugares. Porque dentro do rio, da localidade, a gente mora na nossa comunidade com a família, e fazemos um trabalho coletivo dentro da área ribeirinha, buscamos nela o nosso próprio sustento do dia a dia pra viver, a questão da alimentação, da pesca, da agricultura, do manejo do açaí, enfim, inúmeras coisas que nós conseguimos na vida ribeirinha, com facilidade e um pouco de dificuldade também. (MIRANDA, 2021).

Salientamos a convicção de fazer parte deste lugar no dizer de um morador:

Morar na localidade é essencial, é um espaço que não tem muito pirata, além do que é sossegado e desde criança resido na comunidade, sou parte do ambiente. A comunidade representa muita coisa para mim, como por exemplo, fiz e faço parte da história, da memória desta localidade. E, também meus filhos cresceram neste ambiente calmo, tranquilo. Meus pais morreram, porém, nunca quiseram sair daqui

para morar em outro local (cidade) meu desejo sempre foi morar aqui, no interior. (SANTOS, 2021).

No decorrer do tempo, essas populações tradicionais lutam por seus direitos e fazem destas uma bandeira de luta, pois eles não se apresentam de forma única, mas na diversificação de seus conceitos territoriais. Cunha e Almeida (2001) argumentam o que seria em sua definição populações tradicionais como:

Grupo que conquistam ou estão lutando para conquistar (por meios práticos e simbólicos) identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas equitativas de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; e por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (CUNHA, ALMEIDA, 2001, p. 192).

A construção da formação histórica das populações tradicionais na região amazônica foi forjada no cerne da exploração, da invisibilidade, do desrespeito por um povo que sempre vivera e permaneceram num espaço habitado por um modo de vida simples, rústico, mas que, ao mesmo se propaga na divulgação da relação harmoniosa, com a natureza. Viver nas margens de um rio, igarapé, floresta, tem um significado histórico que se traduz na simbologia do pertencer e fazer parte de uma comunidade, de um grupo que partilha dos mesmos ideais. Como nos orienta Chaves.

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, aos longos de rios, e tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzeas, nos barrancos, os saberes sócio históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores. (CHAVES, 2001, p. 78)

A Amazônia sempre fora ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente construída pelos vários processos de colonização e miscigenação que sofreu a região. Desde o período em que os ingleses, espanhóis, holandeses, e portugueses, em disputa militar e em concorrência mercantil, se lançaram à grande empreitada de descobrir, penetrar, dominar, politicamente a região, impondo-lhe soberania europeia e criando o empório de matérias primas que satisfizesse as exigências dos mercados consumidores do Velho Mundo, aos dias atuais, quando o próprio Brasil vê, a Amazônia, como a sua imensa reserva de produtos primários essenciais à caminhada no campo da industrialização (REIS, 1997, p. 13).

Conforme o autor menciona acima a Amazônia tem dado ao mundo múltiplos elementos de bem estar material, espiritual, e também possibilita a sua população local o uso fruto de condições existências. Analisando dessa forma, podemos notar que desde a colonização até os

dias atuais, é insistente a maneira de tratar a região sem levar em consideração as formas de vidas, os saberes, as populações que desta fazem parte, a forma cultural, religiosa, econômica construída ao longo desde dolorosos anos de sofrimento da história da floresta amazônica, apontando um profundo e vergonhoso desrespeito com os verdadeiros habitantes da região.

## **CAPÍTULO 2: COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA NO OLHAR DOS SUJEITOS DAS ÁGUAS**

### **2.1 Comunidade São João Batista: vida e histórias.**

Meio século de vidas, de história ficou escondida (esquecida) na memória dos moradores, e só agora depois de tanto tempo é que ela está sendo escrita, por uma moradora, e estudante do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, por uma ribeirinha, e em especial por todos que fizeram e fazem parte da construção histórica da comunidade, da vida dos sujeitos que tem neste lugar um apreço especial.

Construir conhecimento é acreditar que novas possibilidades serão construídas a partir das vivências oriundas no ambiente, no espaço em que a natureza faz florir a vida em um ambiente de constantes transformações. Essas transformações fizeram com que, a comunidade de São João Batista se tornasse um patrimônio cultural e uma identidade que está não somente no material, mas também no espiritual, que faz dos sujeitos das águas protagonista do seu próprio tempo.

A história da Comunidade São João Batista integra hoje, um patrimônio histórico cultural pertencente ao Rio Tucumandubazinho. Os moradores desde pequeno rio costumam frequentar a capela para a celebração e participação nos rituais que acontecem na mesma como as Missas, festas religiosas, orações, momentos fúnebres, casamentos, batizados, aniversários, cursos ou simplesmente para contemplar o espaço espiritual que se traduz na comunicação com o Superior.

Como podemos perceber nestas pequenas linhas de uma moradora que o Sagrado pode transformar:

Eu estudei bem pouco. As vezes subo no ambão para fazer uma leitura ou cantar um salmo, eu ponho meus pés naquele ambão e aquilo logo tocar no meu coração e no meu pensamento, eu digo assim “Senhor, muito obrigado! Que é vós que respira em mim”. Porque eu não tive estudo, você sabe que uma pessoa que tem a 1ª, 2ª e 3ª série, não tem uma capacidade de estudo? Assim, eu leio, mas do que eu escrevo. A minha Bíblia, foi uma escola para mim! Porque sempre a Bíblia foi uma parte do meu aprendizado, entendeste? Porque na escola eu não aprendi nada. (SENA, 2021).

Diante do contexto descrito pela informante, é visível que seu processo de aprendizado se deu paulatinamente. Descrevendo sua real realidade quanto ao processo escolar, onde os mesmos tiveram pouca instrução no desenvolvimento de ensino/aprendizagem (sempre na casa da professora, os alunos faziam o trabalho doméstico, e recebiam recompensas materiais em

troca de seus serviços prestados). Que a Bíblia não ensina apenas o espiritual, mas, sim, as experiências do viver e aprender de cada um.

Na visão dos sujeitos a capela é vista como um lugar sagrado e de devoção, carregado de simbologias e significados acerca das tradições, o que a transforma em um instrumento de formação social e identitária para os ribeirinhos desta localidade. De maneira, bem peculiar, esses aspectos simbólicos, condiz com o modo de pensar nas festas dos santos, esses rituais também são entretenimento do passado com a cultura do presente, onde é possível analisar, os interesses das pessoas na manifestação religiosa, cultural ou histórica do lugar. Segundo Ikeda e Pellegrini,

As festas representam momentos da maior importância social. São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia a dia dão lugar às práticas diferenciadas que atranscendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados. As diversas espécies de práticas culturais populares podem ser a ocasião da afirmação ou da crítica de valores e normas sociais; o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal (IKEDA&PELLEGRINI, 2008, p. 208).

Nesta perspectiva, as festas possuem um papel essencial na relação com o homem e seu lugar de pertencimento, que se percebe nas formas culturais que está presente no modo de vida como os sujeitos analisam seu lugar.

Esses fenômenos são característicos dos patrimônios materiais e imateriais que se destacam pelas manifestações populares e memória dos fatos históricos que estar presente na herança herdada de seus ancestrais. Conforme Londres (2004, p. 22), o patrimônio imaterial é constituído

Por práticas, representações, expressões, saberes e fazeres- assim como instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são associados – que comunidades, grupos e, quando for o caso, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. Esse patrimônio cultural e imaterial, transmitidos de geração em geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e suas condições históricas de existência, e lhes proporciona um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (LONDRES, 2004, p.22).

Este contexto está pautado no significado dos valores, das simbologias, que definirão o bem cultural como uma forma singular, citando não apenas o histórico, mas também a memória e a cultura, atribuída através das práticas do cotidiano, das identidades, das formas de pertencimento, e dando uma ressignificação, de certa forma, entregando a comunidade sua preservação em seus aspectos históricos e culturais.

As festas são de grande simbologia na cultura da população e desde os tempos antigos elas têm sido importante elemento na construção da sociabilidade entre os povos, facilitando a inserção de símbolos que foram sendo incorporados a partir dos processos históricos de ocupação do espaço, dos ciclos agrícolas e da reunião de grupos sociais em torno de eventos comemorativos.

Tais formas de comemoração surgem em virtude dos formatos de culto prestado a divindade e por grupos que mantêm a crença nessas divindades, com o advento do Cristianismo esses passaram por mudanças. Del Priore (1994, p.13) nos diz que:

[...] a Igreja determinou dias que fossem dedicados ao culto divino, considerando-os dias de festas, os quais formavam o ano eclesiástico. Essas festas são distribuídas em dois grupos: as festas do Senhor (Paixão de Cristo e demais episódios de sua vida) e os dias comemorativos dos Santos (apóstolos, pontífices, virgens, mártires, Virgem Maria e padroeiros).

Essa é uma realidade crucial da religiosidade que tem como um dos pontos fortes a devoção aos santos católicos e a reunião da comunidade em momentos específicos para celebrarem seus padroeiros, transformando-se em eventos que se caracterizam pela realização de festas religiosas ou festejos, como são popularmente identificados na região ribeirinhas. Visando, as comunidades ribeirinhas passam grande parte do ano ora envolvidas com a preparação, realização ou participação nesses acontecimentos religiosos. De acordo com Lea Perez “a festa é o espaço da novidade, do encantamento, da alucinação” (PEREZ, 2002, p. 48).

A falta de informação e o desconhecimento acerca da história da comunidade mostram-nos que a nossa juventude pouca sabe ou nada sabe sobre esse patrimônio que faz parte da nossa localidade, da identidade cultural. Fazer este trabalho, levanta a chama do conhecimento acerca da nossa própria história local, e reler fatos, que estavam se perdendo com o tempo, e lança o prazer de escrever a história da comunidade depois de meio século de vida. Nossas entrevistadas salientam a importância da mesma;

Esta comunidade representa o início da nossa história local, pois muita coisa ocorreu neste tempo, como por exemplo, a iniciação efetiva do meu esposo na vida da comunidade, pois ele fazia parte da mesma, mas não frequentava com frequência a vida religiosa. Ela é importante na nossa vida, ela nos representa. Vivemos aqui desde o nascimento e não pensamos em mudar. Já fui coordenadora da Comunidade, da Pastoral da Criança, da Liturgia, e de cada uma função estou atuante. (COSTA, 2021).

Como na fala de dona Maria Neuza;

Essa comunidade representa muita coisa na minha vida. Porque os primeiros passos de oração comecei lá, comecei na minha casa, mas já comecei lá. Depois foi o meu casamento, veio o Batismo dos meus filhos, dos meus afilhados. Em seguida, foi a segunda bênção dos meus 37 anos de casamento, que foi dada pelo Padre Romão, de

Londrinas (que estavam em missão na comunidade em 2018) e nos deu a bênção. Esta comunidade traz muita bênção para a minha vida. (SENA, 2021).

Essas histórias descrevem a finalidade da identidade e de pertencimento que cada morador possui em sua forma de vivência na vida da comunidade. E como os acontecimentos que marcaram suas vidas estão impregnados no seu dia a dia e fluem em fatos que permanecem para sempre em suas memórias.

FIGURA 4: Fundador da comunidade São João Batista, senhor João Ferreira.



FONTE: Gleiciane Carvalho, 2021.

FIGURA 4: In memoriam fundadora da comunidade São João Batista.



FONTE: João Ferreira, 2021.

A comunidade de São João Batista, Rio Tucumandubazinho, iniciou sua organização comunitária, de acordo com os sujeitos informantes, em 1968, de um casal, chamados de dona Maria dos Reis (In memoria) e de seu esposo João Ferreira que moravam na localidade. Buscou-se reconstruir a história da comunidade, para que os indivíduos possam perceber a história da mesma e como estes estão inseridos nesse processo de construção da história local, e valorizar suas raízes. De acordo com seu João Ferreira

No ano de 1968, o padre Valeriano celebrou uma missa na comunidade de São José, Rio Cuitininga, e alguns membros da família Ferreira participaram da mesma. Naquele momento, o mesmo lançou o convite para a família Ferreira sobre a criação de uma comunidade no Rio Tucumandubazinho, onde a família residia. Dessa forma, a família Ferreira aceitou o chamado e começou a dar os primeiros passos para a criação da comunidade. (FERREIRA, 2021).

A história da comunidade de São João Batista perpassa pela experiência do entrelaçar das águas, assim, como o entrelaçar das vidas. Os sujeitos frequentavam a comunidade de São Paulo, Furo Gentil, e também a comunidade de São José, Rio Cuitininga, todos pertencentes ao município de Abaetetuba, para as celebrações que ocorriam nas respectivas comunidades. Em um dado momento, eles trouxeram umas folhas impressas ou as apostilhas (que eram utilizados como roteiro todos os domingos). Podemos constatar essa afirmação com o entrevistado Raimundo.

A partir da comunidade Furo Gentil, onde Dona Juarita começou a celebrar os cultos e minha sogra Luiza (In memoria), que participava na comunidade e começou a trazer umas apostilhas (que eram apostilhas) que vinham com todos os roteiros para a celebração. E o tio Bara, Sebastião Valente (In memoria). Já começou a se interessar e a participar, eles pegaram uma apostilha dessa e a levaram para a D. Maria dos Reis. A mesma começou a celebra os cultos na casa da família. (GONÇALVES, 2021).

Após esses fatos, e a colaboração de alguns membros comunitários os processos para dar início ao trabalho começou, como podemos destacar na fala do Sr. João Ferreira:

Para auxiliar a família Ferreira, o Padre Valeriano convidou a dona Terezinha de Abreu Costa (Juarita, In memória) e Antônio Costa (In memória), coordenadores da comunidade São Paulo, Furo Gentil, para ajudá-los na realização desta missão, já que estes tinham experiência e conhecimento sobre a missão a ser realizada. Felizes e agradecidos a Deus pelo chamado a realizar esta missão, a equipe composta pela família Ferreira, Terezinha Costa e Antônio Costa, deu início a realização de vários encontros com estudos, orações e reflexões para a criação da Comunidade Eclesial de Base (CEB). (FERREIRA, 2021).

Ressaltando a mesma informação na entrevista do Sr. Benedito;

Surgiu a partir do nosso envolvimento na comunidade de São Paulo, minha mãe e eu participávamos do culto na casa do Cissi Costa, a Terezinha que era a professora, ela fazia o culto na residência dele, e a esposa de seu João Ferreira, sendo uma mulher muito católica pediu para que nós trouxemos uma folha (roteiro) da celebração do culto dominical e trouxeram um roteiro velho existente. A partir desse instrumento

Dona Maria dos Reis começou a celebrar, e contamos para a Juarida que trouxe uma folha nova com o culto do respectivo mês. Em seguida, ela fez um culto e uma reunião que coincidiu naquele momento com a formação de uma comunidade. (CUNHA, 2021).

Para o fortalecimento desta nova caminhada foi necessária uma organização, para dar suporte aos novos desafios que o trabalho iria exigir. Sendo, assim, foi preciso uma eleição para efetivar a formação da comunidade (ou a coordenação da comunidade). De acordo com o informante Ferreira:

Para conduzir essa caminhada, foram eleitos como responsáveis: Maria dos Reis Farias Ferreira, João dos Santos Ferreira, Agostinha Lobato Ferreira, Miguel João dos Santos Ferreira, Joana Deusa dos Santos Ferreira e Armando Pantoja de Moraes, que com muito empenho, dedicação e esforço conseguiram fazer um excelente trabalho, levando o nome de Jesus Cristo a todos. (FERREIRA, 2021).

O trabalho feito inicialmente, está vivo até os dias atuais, apesar de todas as dificuldades encontradas no decorrer do tempo e as transformações que o momento exige. Recontar, reescrever ou relembrar o histórico da comunidade de São João Batista, Rio Tucumanduzainho, nos proporciona uma volta no tempo, e a colaboração de muitos para a efetivação de uma história que conta a história de vida do outros. Hoje, à comunidade de São João Batista, passou por mudanças e reformas que podem ser analisadas pelas imagens.

FIGURA 5: Festividade da comunidade do Rio Tucumandubazinho.



FONTE: Gleiciane Carvalho, 2021.

Dessa forma, foi fundamental o auxílio de um terreno, como forma de doação para que se construíssem um espaço para as pessoas realizarem seus momentos de oração para

contemplar o sagrado, festejar seus santos, realizarem o círio, tudo inspirado na fé do povo ribeirinho.

Após alguns anos de encontro, cultos dominicais e celebrações de missas realizadas na casa da família Ferreira, o Sr. Miguel João dos Santos Ferreira, integrante da família Ferreira, doou para a então prelazia de Abaetetuba, um terreno para a construção da igreja e da barraca de São João Batista na comunidade do Rio Tucumandubazinho. (FERREIRA, 2021).

Vivenciados todos os episódios da euforia da construção da comunidade, faltava a escolha do nome da referida. Então, com base nos nomes dos integrantes da família e por serem devotos, de São João Batista, a comunidade foi batizada de São João Batista, Rio Tucumandubazinho. Como evidencia as informações abaixo:

Devido as questões nominais, por exemplo, somos todos João; Miguel João, João Ferreira (seu João), Joana de Nazaré (Geni), Joana Deusa (Deusa), Joana das Graças, Joana da Conceição. Por esse motivo a família, em parte, tem o nome de “João e Joana”. Tiveram essa ideia apoiada pelo padre, nós não íamos fazer as coisa por nossa conta, então o padre (Valeriano) concordou. Porque tem várias comunidades “João” nas ilhas, tem o Campompema, Guajarazinho, etc. Mas cada uma tem um sobrenome, Tucumandubazinho, Guajarazinho, todas são São João Batista, este foi o real motivo da comunidade se chamar São João Batista. (FERREIRA, 2021).

Tudo planejado, tudo acertado e a comunidade batizada, para concretizar este momento de alegria foi celebrada uma missa para efetua-se o sonho.

Na manhã do dia 24 de Junho de 1968, o padre Valeriano celebrou a primeira missa na residência do Sr. Miguel João dos Santos Ferreira, no Rio Tucumandubazinho. Neste momento o Padre Valeriano celebrou a criação da comunidade denominada: Comunidade São João Batista, do Rio Tucumandubazinho. (FERREIRA, 2021).

Analisando todas as informações podemos prever que a formação da comunidade estar atrelada a história de cada morador que fez e faz parte desde momento de formação, sabemos que a mesma funcionava na residência da família Ferreira por muito tempo, antes de sua fundação, mas a partir de uma data definida, é que ela se edificou na localidade, como ponto de referência. E que os mesmos permanecem na localidade, excetos os primeiros fundadores (que residem na cidade). Agora, até mesmos a juventude sabe hoje da importância, do valor, e da identidade que a comunidade tem sobre o lugar. Afirmamos na entrevista do jovem Jacilei

Representa uma ação muito grande na minha vida, desde do dia do meu Batismo. Me leva a viver neste local, a minha família e a minha atuação dentro da convivência comunitária (ele é o atual coordenador). A gente sabe o valor do lugar onde a gente nasce, esta comunidade tem a importância da minha identidade, onde a gente mora, onde a gente vive tem carinho, um carisma muito grande. (MIRANDA, 2021.)

Na comunidade podemos nos deparar com uma mista de religiões e igrejas. No rio, o movimento é o percurso das águas que marcam e demarcam as relações sociais nas dimensões políticas, econômicas e cultural nesse contexto inequivocamente denominada de ilhas. As ilhas

são lugares de refúgio, de contemplação, de tranquilidade, e também de alguns medos. Assim, como destaca o entrevistado.

Morar no rio Tucumandubazinho... mais propriamente dita na região das ilhas é uma morada tranquila e, não tem...longe da zoadá a gente vive tranquila a única coisa que temos é a suspeita “zinha”, mas graça a Deus até aqui não tem dito a participação e a presença do pirata uma coisa que assusta, as vezes até isso a gente vive tranquilo no nosso rio, acho maravilhoso morar aqui. (PINHEIRO, 2021).

Nossa comunidade estar marcada por suas festividades religiosas, festas juninas, festa de aparelhagem e torneio de futebol que são uns dos principais costumes da mesma, conta com alguns membros associados dos movimentos sociais como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, Terra de Marinha, Colônia de Pescadores (Z14) que são responsáveis pela garantia dos direitos dos moradores da referida comunidade.

Seus moradores são majoritariamente cristãos, membros das igrejas evangélicas e católica. A igreja de São João Batista é a principal e mais antiga, temos as noites do festejo de Santo Antônio, realizado no mesmo ambiente (Rio Tucumandubazinho) com trezes (13) noites de celebrações em homenagem ao santo e conta com o apoio da Coordenação, e respectivamente, com o auxílio das Pastorais: da Criança, do Dízimo, da Juventude, Agentes Cáritas e Liturgia.

Notamos que a relação social é um modo de vida bem característicos daqueles que habitam em regiões ribeirinhas. Quando mencionamos em ribeirinhas, nos reportamos a Silva (2000), que nos fala que essas populações possuem um modo de vida peculiar, distinto do das demais populações do meio rural ou urbano possuindo sua cosmovisão marcada pela presença das águas. Para estas populações, o rio, o igarapé e o lago são apenas elementos do cenário ou da paisagem e sim algo construtivo do modo de ser e de viver do homem ribeirinho. Assim, concordamos com o nosso entrevistado quando ele diz:

O rio tem um valor muito significativo para nós. Porque nele nós trafegamos todos os dias, são nossas ruas inundadas pelas águas, saímos de um lugar para outro, saímos daqui para a cidade através dos rios, das nossas embarcações. Tem um trajeto muito grande pra nós que é o rio também é um local onde nós pegamos o nosso peixe, o nosso camarão, o sustento para sobrevivermos. (MIRANDA, 2021).

Vemos a importância da comunidade e sua forma de religiosidade para a população local. Neste universo, ou no cenário amazônico a religiosidade ou a fé das pessoas ribeirinhas podemos encontrar desde as crenças nos santos católicos, nos elementos das águas e das matas, às festas religiosas, bem como a presença da igreja pentecostais com seus cultos e festividades próprias e outras de religiosidade como a crença em xamanismos e entidades sobrenaturais do universo sagrado e profano do imaginário popular.

Na localidade existe uma escola de classe multisseriada e um posto de saúde, disponível para os moradores, porém, o mesmo serve mais as outras localidades como: Ajuai, Tucumanduba, Furo Grande, Itaboca, etc. E o serviço da ACS. A escola denominada de Escola Nestor Deitos–Educação Infantil e Ensino Fundamental (Menor). A mesma possui uma relação agradável e razoável com os membros da comunidade. A escolarização dos pais é, em grande parte, o ensino fundamental incompleto e alguns são analfabetos funcionais. Por se tratar de uma comunidade ribeirinha, os meios de transporte utilizados pelos sujeitos das águas são especificamente aquáticos: rabeta, rabuto, barco (motorizado ou não), casco, montaria a remo, etc.

Assim, os docentes e discentes acabam se envolvendo na vida da comunidade, pois os mesmos fazem parte de ambas as partes. Apesar de uma diferença, em que, nem todos os educadores são devidamente da localidade, apenas um professor, que está atuando, e os demais são da comunidade do Furo Gentil. Como destacamos na fala do educador Pinheiro:

O fato de não ser só docente daqui da comunidade, ela tem um pouco de, digamos assim, uma pequena carência, porque são 10% dos funcionários da escola que são daqui o restante são de outros lugares que vem pra trabalhar. Então, quer dizer que os interesses deles com relação essa parte aí já é mais inferior para nós, digamos assim, no caso dos funcionários, só tem um funcionário que é do setor e o restante não é daqui. (PINHEIRO, 2021).

FIGURA 6: Escola Nestor Deitos da comunidade do Rio Tucumandubazinho.



FONTE: Gleiciane Carvalho, 2021.

A escola tem a função de formação profissional, além de formar pra vida. As duas são as riquezas que pais, professores, discentes e sujeitos tem na localidade. Por isso, e preciso que ambas andem de mãos dadas. Percebemos na entrevista de Cunha:

Ambas devem andar de mãos dadas. Tem que ter apoio da escola e a escola o apoio da comunidade. Somos todos só uma comunidade. Escola e comunidade são os mesmos alicerces, na minha opinião. (CUNHA, 2021).

Como reafirma Pinheiro:

A escola e a comunidade têm uma relação razoavelmente boa, que a gente pode dizer que fica dividido. Que a escola é a mesma comunidade digamos, que os pais quando temos reunião na escola são os mesmos pais dos alunos que participam, que estão presente na comunidade. Nessa parte, nessa relação escola e comunidade não tem atrito, a gente leva na paz, a escola reuni com os pais, coloca os assuntos referente a escola naquilo que for necessário, os pais concordam e se disponibilizam pra ajudar a escola e a gente vai levando. (GONÇALVES, 2021).

Desde sempre a comunidade fez parte da escola, pois o ensino era ministrado na barraca da comunidade. Como afirma o entrevistado e ex-coordenador da comunidade Santos:

Sempre houve aulas no barracão da comunidade (EJA) essa relação é feita quando ambas caminham juntas no mesmo objetivo. Sempre houve uma rejeição na escola por conta das pessoas que passam por este local, e de outra comunidade. Hoje, ainda há, gestores de outra localidade mas com um olhar voltado para este âmbito comunitário. Mas o trabalho da escola tem que ter um convênio com a comunidade, pois o aluno faz parte de ambas e os pais dos alunos também, para poderem crescerem juntas. (SANTOS, 2021).

No que se refere ao transporte escolar, ele é garantido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e é realizado por meio dos rabeteiros<sup>1</sup>. Na comunidade a identidade ribeirinha, os seus modos de viver, suas resistências à sobrevivência os situam enquanto grupo social caracterizados pelo território gerados a partir dos saberes enquanto formas alternativas de se envolver com os ecossistemas e seus recursos, nas aplicações e usos da biodiversidade, ao desenvolverem práticas que são atualizadas pela cultura local do presente.

## **2.2 Práticas e vivências do trabalho no cotidiano da comunidade do Rio Tucumandubazinho.**

A vida ribeirinha é bastante desafiadora para quem estar acostumados com os ritmos ditados pelos cursos das águas. O despertar pela manhã com o cantar do galo, é um relógio que anuncia que o dia já vem raiando, mesmo assim é uma vida tranquila, e seu trabalho estar atrelado através da própria cultura local e dos costumes que surgiram a partir de experiências, dos ensinamentos e dos conhecimentos deixados pelos nossos ancestrais (índios e africanos) que habitaram a nossas terras bem antes, de nós, ribeirinho, estes buscaram uma vida equilibrada,

---

<sup>1</sup> Nome dado ao ribeirinho que tem uma embarcação, e usa para transportar alunos até escola da comunidade.

saudável e em harmonia com seu espaço, apesar dos desafios enfrentados por viverem longe da dita sociedade moderna, sem os devidos direitos que o poder público deveria disponibilizar.

FIGURA 7: Ribeirinha da comunidade de São João Batista, no raiar do dia.



FONTE: Gleiciane Carvalho, 2021.

Enfatizamos no comentário de um morador:

A nossa identidade, ela não pode ser descartada, pois nós já carregamos de berço. Ser ribeirinho pra nós tem um significado gigantesco, uma importância na nossa vida. Acredito que a convivência familiar é ... acho que cada um gostaria que nossa família, nossos filhos, nossos parentes vivessem aqui na área ribeirinha. (MIRANDA, 2021).

Fomentando esta afirmação:

Sou ribeirinho com muito orgulho. Somos reconhecidos, inclusive, nacionalmente, todos nós, não só daqui (Rio Tucumandubazinho), mas de todos os ribeirinhos, em todo lugar, praticamente tem ribeirinho, Abaetetuba, Igarapé-Miri, então para nós é um orgulho ser ribeirinho. (GONÇALVES, 2021)

Hoje é possível dizer que os mesmos também aprenderam a conviver na sociedade moderna mesmo não dispondo de todos os atribuídos que ela pode oferecer, principalmente, na questão tecnológica, pois estes sujeitos são leigos, apenas aprenderam com alguns objetos essenciais do meio moderno como (celular rural, televisão, geladeiras, ventiladores, máquina de lavar, rádios, etc.) facilitando, em parte, a vida e o trabalho dos moradores desde pequeno rio. Destacado no dizer de um morador:

As transformações que percebo é que parece, que hoje, a nossa comunidade estar um pouco no trabalho de evangelização, quanto no trabalho de conscientização. Parece que antes era mais levado a sério. Hoje, com a chegada de tantas coisas, como a tecnologia, da internet, e por chegada da energia, mesmo sabendo que ela é essencial, da televisão. Essas coisas todas afastou um pouco o povo da nossa comunidade, as famílias frequentam menos, a gente sente uma dificuldade no sentido de desenvolver o nosso trabalho. (GONÇALVES, 2021).

Pois mesmo vivendo e valorizando seu modo de vida, sua cultura, sua forma de trabalho é necessário mudanças que façam as diferenças e ajudem a ter uma melhor condição de vida diante do mundo moderno, para que eles possam estar conectados.

Os serviços executados (O trabalho na comunidade São João Batista é árduo e pesado) são desenvolvidos tanto por homens quanto por mulheres, é um meio de vida e de existência (sobrevivência) do dia a dia das famílias que labutam com o suor do rosto para manter o alimento na mesa, e assim, contribuir com a economia local e também do município. Suas principais atividades estão focadas no extrativismo vegetal, a agricultura e a piscicultura são as principais fontes de rendas das famílias, seguido pelo artesanato do Paneiro<sup>2</sup> e Matapi.<sup>3</sup>

FIGURA 8: Ribeirinho na prática de pesca na captura do camarão com o Matapi.



FONTE: Gleiciane Carvalho, 2020.

<sup>2</sup> Objeto feito de fibra feito da palmeira do Buriti é parecido com cesto, o usado para a comercialização, plantar e depositar o fruto do açaí.

<sup>3</sup> Objeto feito de fibra da palmeira do Buriti, utilizado para a pesca do camarão no rio.

FIGURA 9: Artesanato do paneiro.



FONTE: Gleiciane Carvalho, 2021.

Como definimos na entrevista do Sr. Pinheiro:

Então isso é dificultoso pra nós, a gente conseguir o pescado até o próprio camarão, acredito que seja o fato do rio e das pessoas jogarem lixo, reduzindo e também o excesso de embarcação. Podemos cuidar de nossos rios, da nossa floresta, porque é nossa mãe que dá, a gente tira o nosso sustento. Grande parte de nosso sustento vem do rio e da natureza, preservar este território é crucial para todos nós. (PINHEIRO, 2021).

Marcados pelas mudanças que o tempo exige, é preciso que os agentes sociais percebem a importância que as águas, o rio, os ecossistemas possuem para oferecer aos seus. A vida ribeirinha está pra além desde contextos que fluem na convivência com os mínimos detalhes que a água e rio proporcionam, pautado na simbologia misteriosa que este cenário tem, podendo ser percebidos nos sonhos, na imaginação dos que vivem e pescam na beira dos rios. Assim, sendo o autor diz que:

A vida ribeirinha é muito mais do que pescar, cultivar pequenas plantações nas terras férteis, utilizar a argila, normalmente farta, caçar, criar um ou outro animal. A água e o rio fornecem muito mais. Alimentam o espírito, assanham desejos, despertam a imaginação, fustigam pensamentos, fomentam expressões simbólicas, acessam a

linguagem, enfim, constituem a base de uma vida intensa e criativa. (ALVES, 2011, p. 182)

A vida ribeirinha é marcada por inúmeras significâncias, desde o ato de pescar até o desejo mais singelo de mergulhar nas águas calmas do rio. São expressões que estão no dia a dia de todos os agentes sociais que vivificam no ambiente marcado pelos mistérios da natureza. Em outras palavras a qual predomina mais, e a extração do açaí, alimento abundante nesta localidade, onde os apanhadores<sup>4</sup> sobem no açazeiro<sup>5</sup>, seu fruto é cultivado diretamente no açazeiro que ficam repleto de cachos da fruta, o ribeirinho é apoiado por uma peconha<sup>6</sup> para poder subir na palmeira e leva uma faca que o auxilia para cortar o mesmo, que é vendido em rasas,<sup>7</sup> e variam de preço conforme o momento ou não de safra<sup>8</sup>. Por exemplo, na época da extração do fruto os mesmos (peconheiro<sup>9</sup>) tem um trabalho redobrado.

FIGURA 10: Açaí na rasa para comercialização.



FONTE: Gleiciane Carvalho, 2021.

Uma atividade que exige força e agilidade, além do que esse extrativismo faz parte do mercado consumidor do município de Abaetetuba, onde exportar e importar toneladas desses

<sup>4</sup> Nome usado para os ribeirinhos que fazem o cultivo do açaí diretamente na palmeira.

<sup>5</sup> Palmeira que produz o fruto do açaí.

<sup>6</sup> Objeto típico feito da folha do açazeiro para subir na palmeira, possibilitando o cultivo do fruto.

<sup>7</sup> Utensílio usado pelo ribeirinho para armazenar o fruto do açaí.

<sup>8</sup> Momento onde tem abundância do fruto, sendo o tempo de cultivar o açaí.

<sup>9</sup> Nome dado ao ribeirinho que cultiva o açaí diretamente da sua palmeira.

frutos por ano, gera fonte de renda e de alimentação na mesa dos ribeirinhos, conforme Laraia (2001).

Em outras palavras, não basta a natureza criar indivíduos altamente inteligentes, isto ela o faz com frequência, mas é necessário que coloque ao alcance desses indivíduos o material que lhes permita exercer a sua criatividade de uma maneira revolucionária (LARAIA, 2001, p.46).

A pesca, é um fator crucial para esta população, sendo mais consumida no alimento diário da comunidade, na falta do cultivo do açaí, ela entra em ação para defender o lucro, assim, existe muito moradores da comunidade que fazem parte da Colônia de Pescadores Z14, denominados de pescadores artesanais, estes mesmos são beneficiados e responsáveis pela pesca e manutenção dos rios, ilhas, igarapés, sempre respeitando o período do defeso,<sup>10</sup> mantendo apenas suas necessidades básicas de alimentação. Cássio afirma que:

O rio pode ser considerado como uma extensão dos lotes das famílias, pois há uma interação e complementação de espaços ecológicos, econômicos e principalmente cultural. Desse modo, as populações que habitavam e habitam as margens do rio, precisam ter sua identidade preservada e reconhecida. É necessário reconhecer a sua capacidade de produzir instrumentos para tornar eficaz sua relação com o meio: é preciso entender os padrões de comportamento socialmente transmitidos que embasam essas comunidades humanas, do ponto de vista do embasamento físico, ambiental e ecológico. (CASSIO et al, p. 10).

A pesca nos rios é feita de diversas formas ou maneiras, tudo neste espaço, outra vez, depende da maré.<sup>11</sup> Para colocar um matapi, pescar de anzol, jogar uma rede, lançar<sup>12</sup>. Concedendo, temos a pesca manual, que é especialmente, para o consumo da família, os moradores fazem geralmente ao anoitecer, amanhecer ou de madrugada, com a maré seca (baixa) na beira do rio em meio a lama, com o auxílio de canoa, remo, rede de pesca, rede de lanço<sup>13</sup>, e homens para estar na água e outros para puxar a rede e fazer o serviço de puxar a rede com os mariscos, e assim captura os peixes e camarão.

É um método denominado pelos ribeirinhos de lançar, na realidade uma pratica artesanal que é do conhecimento das famílias e são realizados tantos por homens quanto pelas mulheres. Nesta visão de mundo Laraia, (2001) nos prova que:

Qualquer um dos leitores que quiser constatar, uma vez mais, a existência dessas diferenças não necessita retornar ao passado, nem empreender uma difícil viagem a um grupo indígena, localizado nos confins da floresta amazônica ou em uma ilha do Pacífico. Basta comparar, os costumes de nossos contemporâneos que vivem no chamado mundo civilizado. (LARAIA, 2001, p.14 e 15).

<sup>10</sup> Momento em que a pesca é proibida, devido a reprodução dos peixes e camarões.

<sup>11</sup> Ditado popular para se referir ao percurso do rio, se água está cheia (enchendo), ou baixa(vazando).

<sup>12</sup> Prática de sustento dos ribeirinhos, é uma pesca manual com a utilização de canoa, remo e uma pequena rede onde os ribeirinhos se lançam no rio para a captura de peixes e camarões para o consumo da família.

<sup>13</sup> É o ato de lançar.

## Pautados na experiência vemos o contexto das águas na vida dos moradores

A experiência das marés é rotineira, uma coisa de rotina porque é a gente tem uma maré cada dia, semana, uma enchente cada semana, uma maré baixa cada dia, então é tranquilo viver aqui na expectativa até porque a nossa várzea, a maré vem e cobre a terra e depois descobre, a terra fica seca. (PINHEIRO, 2021).

É inegável nossas raízes de manejo<sup>14</sup> e saber que possuem as comunidades sempre na consonância com a natureza, com a valorização da natureza, onde o rio lhes atribui um significado todo especial sendo um complemento de sua vida. Cruz (1999, p. 04) salienta a complementariedade entre ambas as partes.

[...] Rio e ribeirão são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirão lhe oferece proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande, que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem da desta humanização da natureza e naturalização do homem. (CRUZ, 1999, p. 04).

### Para destacar este significado é um bem para os que vivem as margens

Posso dizer que o valor que o rio tem pra mim é um bem que me traz esperança. Porque eu gosto de estar aqui e morar neste lugar, andando no rio que é um lugar tranquilo, um rio calmo, não é um rio de tanta correnteza e a gente pode remar em nossa montariázinha. (PINHEIRO, 2021).

Fraxe (2009) enfatiza que os saberes das comunidades perpassam pelo amplo conhecimento acerca do ambiente amazônico.

Essas comunidades são detentoras de amplo saber sobre o ambiente amazônico e suas diversas formas de uso e manejo. Assim, compreende-se que as comunidades ribeirinhas se apropriam dos recursos florestais, baseado na reciprocidade com a natureza, percebendo o tempo ecológico dos recursos naturais para organizar o trabalho na heterogeneidade das diversas formas de utilização dos recursos naturais, tais como: agricultura, criações de pequenos animais, extrativismo animal (pesca e caça) e extrativismo vegetal (madeiro e não-madeiro) (FRAXE, 2009, P. 17).

Enfaticamente, o uso dos recursos naturais faz parte do homem, enquanto, um indivíduo que necessita do ambiente para complementar as relações existentes. Dessa forma, o rio é um sinalizador da vida que alimenta as comunidades, um curso em formação permanente, uma descoberta todos os dias para quem deleita-se neste cenário de mistérios. Porém, diante de todos esses adjetivos necessitamos estar conscientes das atitudes com relação ao uso do rio como um depósito do lixo.

Averiguamos na informação de um jovem da comunidade que:

---

<sup>14</sup> Ato de produzir diferentes atividades ribeirinhas.

Tivemos mudanças nesse decorrer do tempo... uma dessas coisa é a escassez de peixes. A questão do lixo que enfrentamos, pois as pessoas não tem consciência de jogar o seu resíduo fora, levar pra reciclar e usam o rio como depósito. (MIRANDA, 2021).

## **CAPÍTULO 3: RESISTÊNCIA e DIREITOS - Memória de luta do Programa de Assentamento Extrativista (PAE –Ilha Bacuri).**

### **3.1 Como surgiu a luta do assentamento?**

Buscar reconstruir a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio. Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores – explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais – implica na dificuldade de preservação de sua memória social. a imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico. De acordo com ela fomos, durante muito tempo, levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles. (MEDEIROS,1989, p. 11).

A ocupação da Amazônia foi primeiramente com os índios, entretanto, a ocupação desse espaço com o objetivo gananciosos se intensificou acarretando sérios problemas de impactos negativos no território. Desde que a floresta passou a ser vista como forma estratégica para os interesses internacionais. Houve profundas mudanças como a exploração da floresta, aberturas de estradas para a facilitação de desenvolvimento da região. A política desenvolvimentista para tal, tinha como lema: “Integrar para não Entregar”.

É perceptível que a Amazônia foi e ainda é cenário de grandes interesses e conflitos, seja pela população, empresas, organizações. Esses frutíferos problemas que vivenciamos na Amazônia são efeitos do projeto desenvolvimento executado pelo governo na década de 70 e, políticas públicas com visões antagônicas que não tem em nada a realidade local e as populações locais que existem nesse território.

Na Amazônia essa segurança é extremamente importante, especialmente quando se consideram todos os interesses e conflitos fundiários que giram em torno do acesso à terra e aos recursos naturais. São madeireiras, pecuaristas, fazendeiros, empresas de mineração, grileiros, projetos hidrelétricos, agroindústria; todos com interesses mercadológicos voltados para a exploração das terras e da floresta. (ROCHA, 2003, p. 08).

A Amazônia é um imenso território que se formou sobre os mais diversos conflitos, intensas desigualdades sociais, que aos olhos dos grandes interesses é palco de grandes investimentos capitalistas.

Diante desse contexto de insegurança fundiária e conflitos de interesse quanto à dominialidade das terras na Amazônia, as políticas públicas de Reforma Agrária e Regularização Fundiária representam um importante instrumento de ordenamento territorial, visando garantir a posse de áreas públicas às populações tradicionais, combatendo a grilagem, assegurando-se, assim, o direito à moradia, à cultura, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao território. (IBIDEM).

Afinal, toda essa implantação de planos governamentais e políticas públicas a formação e desenvolvimento da região deixa uma marca profunda de desigualdades social, conflitos e grandes pobreza. Passar a compreender a dinâmica desse imenso cenário amazônico é crucial no desafio de efetivas políticas públicas que ainda não conseguiram solucionar as questões relacionadas nesse ambiente como sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais.

A produção teórica sobre os movimentos sociais no novo milênio defronta-se com novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, todos gerados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, genericamente circunscritas como efeitos da globalização, em suas múltiplas faces. (GOHN, 2008, p. 442).

A ênfase está nas redes que constroem e os projetos sociais que se inserem; os fóruns que realizam são seus momentos principais de visibilidade. Organizações terroristas e movimentos de fanatismo religioso também passam a ocupar a atenção dos pesquisadores. Mas a agenda de pesquisas sobre os movimentos sociais não é retomada apenas com os temas globais. As ações sociais são analisadas também segundo os discursos que realizam na sociedade civil (Garretón, 2006). Ações comunitárias locais também ganham destaque, tanto no plano internacional como no Brasil (GOHN 2007c; SCHERRER 2006).

As transformações que aconteceram no mundo nas últimas décadas e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou as demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento identitários e culturais ganharam destaque, ao lado de movimentos sociais globais. (MARIA, 2008, p. 442).

Dessa forma, um movimento social que tem em seu cerne esse olhar de identidade permite que os próprios agentes sociais envolvidos configurem um reconhecimento de luta para afirmação de sua própria forma de pertencimento. Como enfatiza a autora

[...] Na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que estas lutas tem assumido – não apenas de resistência, mas também de lutas por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em território de seus ancestrais, escolarização na própria língua. (IDEM p.440).

Esses novos movimentos estão carregados de identidades de diversos sujeitos que buscam em sociedade globalizado e muito midiática sua afirmação de identidade, seu reconhecimento, e fazem leituras de seu ambiente de problema para poder tomar decisões no coletivo. Como nos informa o texto:

Os sujeitos dos movimentos sociais saberão identificar suas leituras do mundo, identificar projeto diferentes ou convergentes, se participam integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral. (GOHN,2008, p. 445).

A questão da terra na Amazônia é marcada pelos graves históricos de conflitos e violência no campo, além de registrar altos índices de degradação ambiental. Sobretudo após a década de 70 com a militarização da questão agrária na Amazônia, o modelo de posse das populações tradicionais passou a ser intensamente desafiado pelos modelos de produção e crescimento econômico introduzidos na região e pela valorização da terra como bem especulativo. Como podemos observar no que diz a autora

Neste novo século, na América Latina, os indígenas estão re-emergindo como a grande novidade no cenário das lutas e dos movimentos sociais nas regiões. Sabe-se que a luta dos indígenas, de resistência à colonização europeia e branca, é secular. [...] Deve-se assinalar também que inúmeros dos territórios indígenas passaram a ser, em vários países, fonte de cobiça devido a minerais e outras riquezas de seu subsolo, assim como seus cursos de água, ou meramente por localizarem-se em rotas onde se planejam gasodutos e outras intervenções macroeconômicas, acirrando, assim, tensões sociais. (MARIA, 2008, p. 440).

Os povos da floresta na Amazônia nasceram como meros ocupantes, sem possuir quaisquer títulos de domínio, tornando-os extremamente vulnerável no momento em que a Amazônia se torna grande reserva de valor comercial. Como nos destaca a autora:

[...] O território passou a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, mas orientada para uma nova concepção de território, distante da geografia tradicional, que a confundia com espaço físico. Território passa a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia. (GOHN, 2008, p. 445).

Além do que, ressaltamos a história da Reforma agrária na Amazônia é marcada por uma série de políticas incoerentes e desconexas que culminaram com o desmatamento da floresta, violência no campo e conflitos fundiários, sempre tratando as populações tradicionais como povos “invisíveis”. Privilegiou-se, por exemplo, a criação de lotes desconsiderando-se as especificidades do meio rural amazônico, onde prevalecem a utilização coletiva da terra e dos recursos naturais.

Dessa forma, existem hoje, diversas maneiras para as populações tradicionais com relação ao uso da terra como as reservas extrativistas (RESEX), as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), a propriedade quilombola, o projeto de assentamento agroextrativista florestal (PAF) e projeto de assentamento agroextrativista (PAE) na esfera federal, além das modalidades similares criadas em âmbito estadual (BENATTI, 2011, p. 94).

A política de Regularização Fundiária e a reforma Agrária na região Amazônica tendo como público chave as populações tradicionais ribeirinhas, para as comunidades é nova. Podemos enfatizar que é uma estratégia formulada a partir do II PNRA (2003) que ampliou ao beneficiário aos povos tradicionais. Os assentamentos foram intensificados a partir dos termos

de Cooperação Técnica entre a Secretária do Patrimônio da União (SPU) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A inserção das populações ribeirinhas ao programa foi proposta no II PNRA (2003) integralizado com o Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão (MOPG) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA. Com base nestes termos os Projetos de Assentamentos Agroextrativista (PAE) e o Termo de Autorização de Uso dos territórios ocupados pelas populações tradicionais ribeirinhas. A partir das normatizações dos órgãos técnicos para a aprovação do Assentamento da PAE Bacuri, como explícito:

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR-01/Nº 54100.001842/2006-83 e decidem pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

I – Aprovar a proposta de destinação, para assentamentos de agricultores do imóvel denominado ILHA BACURI, com área de 2.150,9950 ha, (dois mil, cento e cinquenta hectares, noventa e nove ares, e cinquenta centiares), localizado no Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, que prevê a criação de 236 (duzentos e trinta e seis) unidades agrícolas familiares;

II – Criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE ILHA BACURI, código SIPRA PA0367000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de terras e Implantação de Projetos de Assentamentos e com a Diretoria de Desenvolvimentos de Projetos.

Debater sobre os movimentos sociais e coletivos, é refletir acerca das práticas que o aprender e o ensinar à luta e a resistência conta com as opressões, explorações, injustiças, dominações. Os movimentos sociais além de suas formas e organizações estão constituídos por espaços com territórios estabelecidos e muitas vezes conflitantes. Estas ocupações são localizadas nos terrenos chamados de Marinha e de Patrimônio Imóveis da União. A SPU (Órgão integrante ao MOPG) tem em sua pauta a gestão e a regularização, que por meio do Termo de Cooperação passou ao INCRA está atribuição, com a finalidade de Projetos de Assentamentos.

Sendo assim, a Superintendência Regional no Pará, na Portaria Nº 69, de 19 de outubro de 2006 e no ato de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 119, inciso VIII, do Requerimento Interno do INCRA, aprovado pelo Decreto 5.735, de 27 de março de 2006.

Considerando, a destinação do imóvel rural denominado ILHA BACURI, com área de 2. 150, 9950 ha, localizado no Município de Abaetetuba, no estado do Pará. Considerando as disposições contidas nos Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria de Patrimônio da União e o Instituto de Nacional de Colonização e Reforma agrária, publicado no DOU de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamentos sustentáveis.

Na Microrregião do Baixo Tocantins que abrange os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia que debate sobre a questão fundiária foram intensificados após as décadas de 1990

(SOUZA, 2002), os discursos ambientalistas expõem aberturas para a regularização fundiária dos povos das florestas, e posteriormente a discussão se estende às comunidades ribeirinhas da região das ilhas.

Desde de 2003 com a apresentação do II PNRA (2003), as mobilizações ribeirinhas se intensificaram por meio da CPT, dos Sindicatos dos trabalhadores e Trabalhadores Rurais (STTRA), Colônia dos Pescadores e MORIVA (Movimentos dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba), iniciaram uma discussão junto ao INTERPA e INCRA sobre a regularização fundiária de suas terras e a implantação de projetos de assentamentos.

As comunidades ribeirinhas na Amazônia possuem uma relação de produção diferenciada, como o acesso e o uso coletivo das dádivas ofertadas pelas natureza, pois a maioria de seus moradores é sustentada pela extração dos recursos advindos de suas florestas e rios.

Compreender como representação social significa na vida das pessoas, decorrente da importância das práticas cotidianas, alicerçadas pelos atores sociais no decorrer do processo histórico é de suma importância para a construção do saber local. Sendo assim, o conceito de lugar pode ser definido como resultado das práticas cotidianas e dos meios de identificação que os sujeitos possuem em relação aos espaços de sociabilidade e vivência cultural. Dessa forma, o lugar funciona como suporte da memória coletiva e da identidade social (HALBWACHS, 2006).

A partir da compreensão que temos da importância da terra na vida de milhares de ribeirinhos (as) e como este nutriente escuro faz diferença nas suas organizações e formas de lutas expressadas pelos que vivem e habitam no campo. Se identificar com sua realidade é buscar através da história do povo brasileiro as diversas formas de organizações, luta popular que este mesmo povo tem buscado construir ao longo da história do nosso País. De acordo com Gohn:

Movimentos de lutas por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano ou rural, que demandam acesso e condições para a terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário, etc. (GOHN,2008, p.440).

Os movimentos sociais são elos essenciais na corrente de força para se manter em atividades as populações ribeirinhas que vivem às margens dos rios e desempenham funções voltadas para o extrativismo local que necessitam de melhores condições desde a terra até o salário. E a luta dos movimentos sempre esteve relacionado com a questão da luta pela terra.

A história dos assentamentos está ligada a questão da luta pela reforma agrária, a gente sempre tinha uma visão de que as áreas das ilhas, passou a ser uma área que eram de

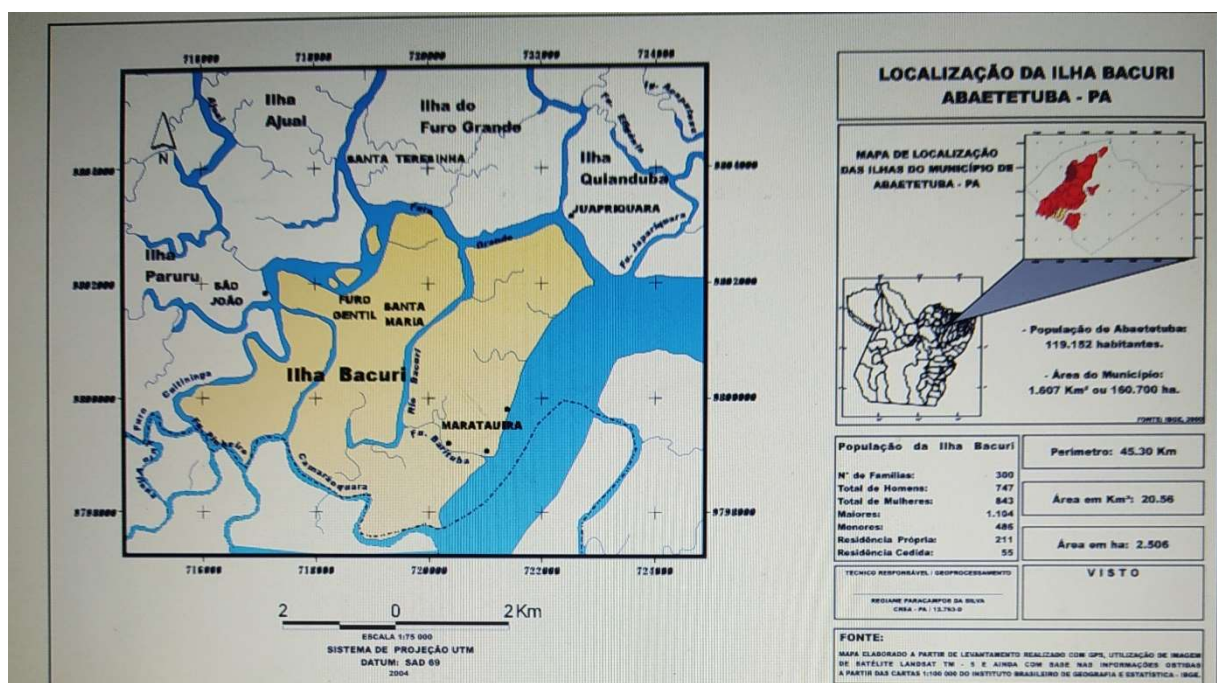
domínio da União, então elas não eram das famílias Carvalho, Ferreira, Nobre, elas não eram dessas famílias tradicionais aqui de Abaetetuba. Mas, eram sim, do povo que estavam lá morando e trabalhando. (ELIAS, 2021).

Estes movimentos querem se fazer presente em todas as dimensões sociais, políticas, colocando suas questões em pauta. Assim, podemos perceber que as mulheres, e todas as diversas necessidades estão se movimentando sob a perspectiva de querer seus devidos direitos. Como nos aponta Maria, 2008

Podem se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos de portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectivas de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). (MARIA, 2008, p. 440).

São peças fundamentais na dimensão social, histórica, política e cultural nas organizações sociopolíticas das comunidades ribeirinhas. Não podemos deixar de mencionar que essas grandes fortalezas, na atualidade estão se transformando. Sendo assim, e crucial o aporte desde mecanismo social para uma avaliação acerca de sua organização e suas formas de lideranças nas comunidades ribeirinhas na Amazônia, precisamente no Baixo Tocantins.

FIGURA 11: Localização do PAE da ilha Bacuri.



FONTE: Mapa elaborado a partir de levantamento realizado com GPS, 2010.

A PAE- ilha Bacuri é composta por (Bacuri, Furo Gentil, Rio Cuitininga, Vilhena, Tucumandubazinho, Costa Maratauba, Rio Camarãoquara e Rio Furo Grande). No geral, essas

ilhas tem ao todo 2010 hectares de terras, com 352 famílias, em pessoas têm em cada casa, essa informação só seria possível se nós tivéssemos acessos a todos os registros compõe a PAE- ilha Bacuri. Conforme estabelece o Estatuto da Associação do Assentamento Agroextrativista da Ilha Bacuri – AGROBARI que dispõe de:

**Parágrafo Único:** o relato constante da letra “e”, compreende as Terras da ilha Bacuri a confluência com o Rio Furo Grande, Furo Gentil, Rio Cuitininga, rio Camarãoquara, Costa Marataura e Rio Bacuri no município de Abaetetuba-Pa.

Entre várias reuniões que fizeram para discutir os a fundação do Projeto do Assentamento da Ilha Bacuri, como podemos verificar em uma das Atas da Assembleia de Fundação da Associação Ilha Bacuri, que:

No onze dias do mês de fevereiro de dois e mil e sete precisamente às nove horas, no Centro Comunitário de Santa Maria do Rio Bacuri – Ilha bacuri município de Abaetetuba – Pará, sob a presidência do Sr. Dario Negrão Farias, brasileiro, casado, portador do RG. Nº 1844539 do CPF nº 170.842.292-72 reuniram-se em Assembleia Geral os assentados para discutir e aprovar a seguinte pauta: 1º Fundação da Associação do Assentamento Agroextrativista da Ilha Bacuri, 2º Aprovação do Estatuto, 3º Eleição, Posse da Diretoria e Conselho Fiscal.

De acordo com a documentação e aprovado por unanimidade todos os membros presentes no ato da documentação a mesma ficou com a denominação de Associação do Assentamento Agroextrativista da Ilha Bacuri – AGROBARI, e tendo respectivamente os sócios fundadores no ano de 2007:

Aprígio Jonas Sousa Santos, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 2240022 e CPF nº 332.544.602-78, Simone Rodrigues Pinheiro, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG. Nº 5346007 e CPF nº 000. 886. 072 – 62, Pedro Valdick Ferreira Costa, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. Nº 2232151 e CPF nº 424. 279. 322-72, Raimundo Pinheiro Gonçalves, brasileiro, casado, professor, portador do RG. Nº 1710678 e CPF nº 069. 624. 912-04, Rosa Maria Dias Rodrigues, brasileira, solteira, funcionária pública, portadora do RG. Nº 2177751 e CPF nº 563. 274. 122-20, Raimundo da Conceição de Souza Braga, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 1407335 e CPF nº 377. 006. 772-04, Manoel dos Santos Barbosa, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 3350712 e CPF nº 377. 001. 462 -68, Raimunda Sagica de Farias, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG. Nº 2232175 e CPF nº 580. 797. 852-87, Manoel Lira Azevedo da Silva, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 4064270 e CPF nº 332. 512. 232-91, Samaritana Gonçalves e Gonçalves, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG. Nº 2690193 e CPF nº 468. 726. 802-10, Dinaelza da Silva Ferreira, brasileira, solteira, lavradora, portadora do RG. Nº 2511959 e CPF nº 665. 669. 242-72, Maic Carneiro Monteiro, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. Nº 5052018 e CPF nº 816. 208. 102-04, Maria Dalva Vilhena Rodrigues, brasileira, solteira, lavradora, portadora do RG. Nº 2946384 e CPF nº 648. 199. 302 – 49, Maria da Graça Correa dos Santos, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG. Nº 2232141 e CPF nº 721. 241. 652 – 68, Manoel João Rodrigues, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 1609651 e CPF nº 289.298. 882 – 91, Manoel José da Silva Pinheiro, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 5799212 e CPF e nº 159. 305. 802 – 00, Adelene Barbosa e Barbosa brasileira, casada, lavradora, portadora do RG. Nº 4041431 e CPF nº 724. 877. 632 – 72, Maria da Conceição Matos Ribeiros, brasileira, solteira, lavradora, portadora do RG. Nº 4540082 e CPF nº 763. 774. 072 – 20, Manoel Raimundo Lobato,

brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 1593237 e CPF nº 258. 694. 422 – 49, Elisângela Correa da Costa, brasileira, solteira, lavradora, portadora do RG. Nº 5706613 e CPF nº 979.643.362-15, Raimundo Nonato da Costa Batista, brasileiro, brasileira, solteira, lavradora, portadora do RG. Nº 4214087 e CPF nº 697.919.452-68, Emiliano dos Santos Carvalho, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 2232074 e CPF nº 455.477.852-53, Domingos Júnior da Cunha Gonçalves, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. Nº 3835713 e CPF e nº 805.643.642-15, Benedita do Socorro Farias Carvalho, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG. Nº 3542233 e CPF nº 125.115.442-53, Eduardo Bentes de Farias, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG. Nº 6135385 e CPF nº 109.847.632-87, Marinaldo Nunes Farias, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. Nº 5345891 e CPF nº 994.479.672-72, Maria Raimunda Sardinha Sagica, brasileira, solteira, lavradora, portadora do RG. Nº 4580682 e CPF nº 726.807.762-91, Rosenilson Farias Costa, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. Nº 4973027 e CPF nº 789.323.272-20, Benedito da Silva Nascimento, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. Nº 6135442 e CPF nº 535.675.872-34, Jucinaldo Mota da Costa, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. Nº 3221753 e CPF nº 460.135.982-15.

Realizados os debates que tratava da pauta seguinte que dispunha da aprovação do Estatuto, e lidos sobre seus Artigos e Capítulo, com unanimidade foi aprovado contendo os mesmos sete capítulos e trinta e oitos artigos, como método de formalização foram eleitos para compor a Direção e Conselho Fiscal e diversos nomes foram apontados, porem os mais indicados foram estes, sendo indicados para:

Presidente: Aprígio Jonas Sousa Santos: Vice-presidente: Simone Rodrigues Pinheiro, Secretaria: Rosa Maria Dias Rodrigues, Vice-secretária: Raimundo da Conceição de Souza Braga, Tesoureiro: Pedro Valdick Ferreira Costa, Vice tesoureiro: Raimundo Pinheiro Gonçalves, Conselho Fiscal: 1º membro: Manoel dos Santos Barbosa, 2º membro: Raimunda Sagica de Farias, 3º membro: Manoel Lira Azevedo da Silva, Suplentes: 1º suplente: Samaritana Gonçalves e Gonçalves, 2º suplente: Dinaelza da Silva Ferreira, 3º suplente: Maic Carneiro Monteiro. Estes membros terão mandatos de dois anos.

Apesar das dificuldades, muitas famílias que são assentadas hoje, possuem sua casa advindas do projeto Minha Casa, Minha Vida. Um alento para muitos que não tinham condições de construir uma casa própria. Na primeira etapa do desenvolvimento, a empresa disponibilizou uma madeira bruta, na segunda etapa foi com madeira plainada, e com isso teve também o fomento para complemento da moradia.

Nesse momento trouxemos o projeto para as ilhas teria que se organizar, a partir desse processo cada ilha pode criar os assentamentos. Através das lutas que nós conseguimos fazer com que um representante do INCRA, onde em cada ilha teria que ter uma associação com seus respectivos representantes legais para que as famílias pudessem ser contempladas com os direitos previstos pelo assentamento. (APRIGIO, presidente atual do assentamento PAE ILHA BACURI, 2021.)

Apesar de todos os avanços, conquistas, no cenário político atual, a situação dos assentamentos estão todos paralisados, alguns, estão tentando retomar as atividades. Porém, com bastante receio, podemos destacar no dizer do Sr. Elias.

Hoje, diante do atual cenário político, estamos vivendo uma inversão das políticas públicas já conquistada. Se nos governos anteriores tivemos uma possibilidade de avanço, o retrocesso deste, bate à porta das conquistas que os movimentos sociais tiveram. Os quilombolas, ribeirinhos, extrativista, a própria agricultura familiar são os mais afetados com essa dinâmica de governo que não os enxerga. Nesse momento nós sofremos por parte dos nossos representantes que não nos permite ter acesso as políticas públicas que todo ser humano precisa. São quase quatro ou cinco anos que o banco não disponibiliza linhas de crédito para os pequenos produtores do campo como o PRONAF, construção de habitação, nenhum recurso para a população dos assentamentos, assim como para as comunidades quilombolas. Os movimentos sociais estão muito dispersos, agora que estamos tentando entrar nos eixos. De uma forma bem lenta.

Tivemos um retrocesso, em relação aos benefícios que davam suporte aos beneficiários, desde habitação aos pequenos créditos. E hoje, sofrem por falta de mãos de obras, infraestruturas, falta de orçamentos para determinadas assistências, de pessoal para a realização de novos recadastramentos, organização do próprio assentamento, para saber e identificar a real situação do assentamento e dos beneficiários que fazem parte, que estão na localidade ou que já se mudaram.

Se formos vermos não tem orçamento pro INCRA investir, não tem pessoal pra trabalhar, as pessoas mais experientes estão se aposentando e não tem concurso para repor a mão de obra, nem técnico para este trabalhando. Estamos vivendo uma situação de abandono dentro dos assentamentos, quando estávamos no governo da Dilma tínhamos uma chamada pública de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), fazendo com que os assentamentos fizesse um recadastramento, uma reorganização, que muita gente tinha saído para arrumar o assentamento tinha que fazer um levantamento da situação dos assentados de forma geral, tinha três chamadas públicas para Abaetetuba, uma parte pegava os assentamentos que eram coordenados pelo Moriva, Moripa e os assentamentos que eram coordenados pelo sindicato no qual faz parte a PAE –ilha Bacuri. (ELIAS, 2021).

Os movimentos sociais são coletivos essencialmente político que buscam parcerias para a melhoria dos grupos, associações e visibilidade de populações excluídas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares. Neste movimento analisamos a sua relação com os indivíduos e compreendemos a relação deste com o seu espaço, seu lugar e com o meio em que estar inserido.

### **3.2 Enquanto assentados quais os seus direitos.**

Para desfrutar de alguns direitos os assentados tomam por base um Projeto Agroextrativista da Ilha Caripetuba, para serem usados como modelo no PAE Ilha Bacuri à utiliza para manter assegurado a sustentabilidade dos recursos naturais. Os representantes de cada assentamento, de acordo com a portaria, um levantamento detalhado sobre os moradores para que fossem beneficiados pelo programa. Como enfatiza Elias.

Em cada assentamento era criado uma portaria, era feito todo um processo de organização como: cadastramentos das famílias, elaboração de plano de uso que discutia e aprovava de como deveriam ser usados os recursos naturais (a terra, a água, a fauna e a flora). (ELIAS, Presidente do Sindicato de Abaetetuba, 2021).

Os conflitos territoriais estão subordinados aos conflitos de interesses, poder político, poderio econômico, recursos naturais, invisibilizando as relações mutuas que se tem neste espaço. A partir desses processos os beneficiários adquiriram, como previsto no Projeto, habitação, linhas de créditos, fomento. Que deram, em parte, um impulso à economia local e a melhoria de vida para muitos ribeirinhos que conseguiram tais benefícios.

A partir da aí conseguimos um processo muito significativo, onde foram liberados muito recursos para questão de construção de habitação, fomento, linha de credito, instalação, muitos recursos foram investidos nos assentamentos criados. Foi um período em que houve um impulso muito grande na economia do município e na localidade ribeirinhas. (KEMPNER, 2021).

Diante disso, no plano de uso explicita as finalidades do Plano que tem em seus eixos as formas de Contrato de Concessão de uso, como deve ser o tratamento as Unidades de Conservação e o conceito de “sustentabilidade” como podemos perceber abaixo

Este plano de uso objetiva assegurar a sustentabilidade do projeto de assentamento agroextrativista PAE ILHA CARIPETUBA, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como os demais procedimentos que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira referente ao meio ambiente. Assim, este PAE deve ter tratamento semelhante às Unidades de Conservação de Uso sustentável. (PLANO DE USO, 2007, p. 02).

E foram definidos 54 itens para o cumprimento das normas.

Com o propósito de manifestar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria- INCRA, à Gerencia Regional do Patrimônio da União – GRPU, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis –IBAMA, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMPRAPA e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM e instituições afins, o compromisso dos moradores, em respeito à legislação ambiental e ao Plano de uso e ao mesmo tempo oferecer a estes órgãos um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos e servir como documento formal para o Contrato de Concessão de Uso. (PLANO DE USO, 2007, p. 02).

Este plano de uso tem como objetivo de servir de guia para os moradores, de acordo com o item 3.

O presente plano tem como objetivo de servir de guia para que os moradores realizarem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social. O conceito de “sustentabilidade” é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução das espécies de animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que possibilitem que a população local viva em condições de crescentes qualidades e dignidade. (PLANO DE USO, 2007, p. 02)

Este plano de Uso baseia-se em uma Filosofia e Estratégia Produtiva Global que permita a manutenção das atividades produtivas dos moradores. Como nos aponta o eixo 4.

A sobrevivência dos moradores do PAE ILHA CARIPETUBA será baseada na tradicional combinação de fontes produtivas que não destruam as bases ecológicas da produção e assim permitam sua manutenção ao longo dos anos. Entre as distintas atividades produtivas dos moradores encontram-se práticas agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca. A particular combinação dessas atividades depende, tanto das possibilidades ecológicas oferecidas pelo meio natural, quanto da criatividade e interesse individual do produtor local. (PLANO DE USO, 2007, p. 2).

Os moradores possuem em seu favor suas forma e técnicas de produção e reprodução para fixar tais atividades, como a maneira de pesca, artesanais, extrativistas, que são elementos cruciais que os diferenciam. Dessa maneira, os assentados possuem direitos e responsabilidades na execução do plano de uso. Um que podemos destacar é o item 11.

No PAE ILHA BACURI não há títulos de individuais de terra, mas concessões de uso que legalizam a ocupação tradicional dos moradores em “propriedades”. Conseqüentemente, comercialização de terras com pessoas estranhas ao projeto é proibida, sendo que a concessão de benfeitorias entre os beneficiários poderá ocorrer, desde que com a intermediação da associação. (PLANO DE USO, 2007, p.3).

As intervenções realizadas pelas famílias que fazem partes da concessão de uso, tem que desenvolver conservação de sua propriedade. Como apresentada no capítulo 4, item 20.

As famílias, ao receberem sua concessão de uso, ficam responsáveis pela conservação e manutenção de suas “propriedades”, devendo desenvolver atividades que visam aumentar, quantitativa e qualitativamente, o potencial produtivo da área, através de: a) limpeza e conservação de varadouros, rios, lagos e furos; b) construção de paióis, armazéns, trapiches, dentre outros; c) plantios de espécies adaptadas a exemplo dos sistemas agroflorestais (SAF).d) Aperfeiçoamento da pesca do camarão e outras espécies de acordo com a legislação vigente. (PLANO DE USO, 2007, p. 4).

Para a exploração do açaí será feito de forma sustentável para que não possa haver degradação do meio ambiente.

A exploração dos açazais com vista à produção de palmito será feito de forma sustentável. Para garantir que os açazais não se degradem, os moradores que exploram estas atividades devem elaborar e apresentar um plano. (PLANO DE USO, 2007, p. 05). Cada morador é um fiscal de sua “propriedade” e do projeto de assentamento agroextrativista como um todo, cabendo a qualquer um, denunciar à diretoria da associação ou ao INCRA, as irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno do assentamento. (PLANO DE USO, 2007, p. 07.).

### **3.3 O Ser ribeirinho na resistência do território das águas.**

Conhecer o seu lugar é buscar no reflexo do seu cotidiano a importância da vivência dos povos das águas, devido ao reconhecimento, ao conhecimento adquirido no decorrer de suas

experiências, aos saberes destes, pela culminância e representatividade dos moradores ribeirinhos, especificamente pelo modo de viver, sua relação com a natureza, o significado que o rio possui para cada indivíduo, o valor que a terra tem, o fluxo das marés, dos furos, igarapés, das florestas, está relacionado com o cotidiano dos próprios sujeitos. O conhecimento do povo ribeirinho está vinculado com a potencialidade da natureza e as comunidades conhecem por experiências estes saberes.

Quando se trata de populações como a que é tratada; no caso, a população ribeirinha, a necessidade por representatividade se torna ainda mais vital. Haja vista que o ribeirinho em particular é único no que diz respeito a desdobramento de funcionalidades. O ribeirinho dentro da definição mais usual que é caracterizado por manter contato direto com o rio, aonde sua dinâmica cotidiana se dá pelo uso do rio; podemos caracterizar o ribeirinho como sendo pescador, extrativista, agricultor, rabeteiro, quilombola etc. (FILGUEIRA, p. 06).

A relação que se percebe entre o homem e a natureza é pautada na morada fixa as margens dos rios, perpassando por uma trajetória que vai além da forma de subsistência. O ato de pescar, caçar, plantar, colher, relacionado as práticas extrativistas, o uso de sua locomoção através das águas dos rios, não são as únicas formas de possibilidades desta relação, mas existe as experiências sobrenaturais, míticas que está no contexto das vivencias e das práticas culturais dos moradores. De acordo com Silva

As comunidades ribeirinhas da Amazônia se caracterizam pelas suas diversidades culturais, seu modo de vida diferenciado ligado diretamente com as águas e com uso dela para todas as suas necessidades e suas organizações ribeirinhas, sendo assim, “essas populações possuem um modo de vida peculiar, distinto das demais populações do meio rural ou urbano, possuindo sua cosmovisão pela presença das águas” (Silva, 2000 apud Saraiva e Silva, 2008, p.7).

Assim, o sentido de pertença a um determinado espaço e traduzido na transmissão de saberes e fazeres da vida de uma comunidade, que se solidifica na pratica da experiência com os que vivem à beira dos rios, é um elo de afirmação de identidade, um sentimento de pertencimento, e permanência que faz toda a diferença para a construção da identidade dos indivíduos do campo. Esse sentimento está refletido nos modos de relações que há entre os comunitários que residem no rio Tucumandubazinho, e possui uma relação interpessoal com a simbologia da comunidade de forma geral.

Afinal, falar das ilhas é descrever a nossa realidade, preservar as memórias, despertar as culturas, descobrir os costumes, é viver na terra, quebrar as barreiras e tentar destruir as formas de discriminação, enfim, um espaço que possibilite o aprendizado sem massacrar o saber local. Como nos orienta ARROYO

“Temos que defender o direito à educação como direito universal, mas como o direito concreto, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção, neste caso da produção familiar, da produção agrícola no campo; seus direitos tem trajetória humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que se vão construindo como mulheres, indígenas, negros e negras, como trabalhadores, produtores do campo... os movimentos sociais nomeiam os sujeitos dos direitos. Esses sujeitos têm rosto, têm gênero, tem classe, tem identidade, têm trajetórias de exploração, de opressão. Os movimentos sociais tem cumprido uma junção histórica no avanço dos direitos; mostrar seus sujeitos, com seus rostos camponês, trabalhador, mulher, criança. Sujeitos Coletivos Concretos, históricos.” (ARROYO, 2006, P. 11).

A luta por uma educação, pela terra, de valorizar seu ambiente de história e do povo do campo, é compreender que estes merecem serem respeitados e valorizados por suas diferenças que parece ser estranho aos olhos dos outros.

É no caminho estreito e ao mesmo tempo largos de nossos vastos rios que encontramos seres humanos com uma especificidade única, mas que, aos olhos do mundo capitalista são vistos como empecilhos diante das profundas mudanças que ocorreram no cenário amazônico. São oriundos de um modo de vida peculiar, que percebemos no fluxo das águas dos pequenos rios.

Nossas localidades, nossas ilhas são marcadas pelas formas educacionais multisseriadas, que permanecem até a atualidade. A partir da realidade, essas populações possuem características que as diferenciam, possuem um conhecimento profundo da natureza e seus ciclos, uso e manejo dos recursos naturais, conservando modos de vidas simples e particular. No embalo dos afluentes dos rios, ganham destaque os mitos, as simbologias e os rituais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desconhecer nossas histórias de vida, identidade, território e memória, implica passar perder registros fundamentais para a humanidade, principalmente para as comunidades tradicionais.

Nesta pesquisa sobre a comunidade de São João Batista, ficou evidente como os sujeitos ribeirinhos constituem suas vidas, seus saberes e práticas. A partir desses diálogos, podemos dar um ressignificado na construção do saber localidade contribuindo para que a comunidade possa ter um novo olhar perpassando pelas significativas experiências dos sujeitos das águas.

Nas comunidades ribeirinhas os indivíduos estão intimamente ligado com a natureza, que evidencia a imensa diversidade e a especificidade local de cada povo. É uma herança da sua origem, de seus valores e práticas dos nossos antepassados fixados na história, que mesmo depois de tais transformações do mundo e da sociedade moderna, esses mesmos agentes sociais (população ribeirinhas), valorizam suas raízes, prezam seus saberes, enaltecem sua vivências.

A força do povo ribeirinho está justamente na herança cultural de seus ancestrais. A diversidade que existe exprime uma variedade de ritual implantada em cada grupo, onde se observa as marcas de cada história e de cada povo. A fé deste povo funciona como um mecanismo de mudança da comunidade praticada na vivência da manifestação que o sujeito possui, sua forte religiosidade. Mostra a importância de cultivar uma forma de vida segundo sua origem e seu passado.

A religiosidade ou o Sagrado contribui na cultura a partir das experiências do povo. Devido suas necessidades ocasionadas pelas questões sociais, é possível verificar que o espaço espiritual se fortifica como uma fonte inesgotável de esperança, de alento, de atenção que não se pode medir ou comprar, apenas sentir. Diante desse mistério espiritual os ribeirinhos esquecem por alguns minutos, segundos ou até horas, suas dificuldades, sofrimentos, em que estão ou se encontram vivendo. Essa vivência se dá na sociedade, nas tradições, desde a família até o ambiente comunitário das comunidades ribeirinhas, como na Comunidade de São João Batista do Rio Tucumandubazinho.

A resistência do povo ribeirinho se constituem como peça rica do mosaico da Amazônia que tem uma relação necessária com as áreas de várzeas, onde são vistos como atrasados, tendo um movimento considerado lento em relação a cidade, essa forma de se relacionar com o meio a torna rica.

É possível dizer que indivíduos e sociedade fazem parte da mesma trama, tecidas pelas relações sociais, onde a cultura, origem e história de cada grupo deve ser respeitada e valorizada

dentro da sociedade, porque necessitam uns dos outros formando uma consciência coletiva que dá o sentido de integração entre os membros das sociedades. O mundo é constituído por diferentes culturas, vários povos e diversos conhecimentos que estão ligados por relações sociais e determinam as diversas formas de sociedades, onde o que se busca é o bem estar humano.

O processo de luta pela terra e a história de vida de diferentes trabalhadores/as do campo, das águas e das florestas são reflexos que constituem o Assentamento PAE Ilha Bacuri mostra-nos o cotidiano dessa população por garantia de seus direitos e as dificuldades históricas que cercam tais populações. Por isso, é crucial a participação ativa dos movimentos sociais na efetiva cidadania e dignidade de quem reside e tem na terra e na natureza sua mais confiável fonte de melhorias de vidas. Esses movimentos é fundante na organização de novas lideranças comunitárias na defesa de seu território.

É possível perceber cada vez mais que a vida de cada sujeito ribeirinho se confronta com a estrutura das políticas de Estado, mudanças na dinâmica dos territórios globais e políticas econômicas internacionais. Mediante contexto, o mundo em que vivemos está em constante transformação e o sujeito tem meios de se modificar e até de mudar de pensamento e de vida dependendo do seu ponto de vista e de conhecimento em relação ao mundo e a sociedade que está inserido. Empreende-se então, que cada sociedade ao valorizar sua história e cultura contribui para que o mundo tenha uma releitura de sua própria dinâmica de se fazer presente na história da humanidade. Dessa forma, ao trazer a história da comunidade São João Batista visou-se rememorar sua história no mundo, seus valores culturais e identidade voltados aos conhecimentos do seu passado. Assim, pode-se considerar que a pesquisa proporcionou novos olhares referentes as histórias desse povo rico em conhecimento, e pela valorização de sua cultura e sua comunicação com outras sociedades.

Portanto, importante ressaltar que os sujeitos não podem, e não devem ser vitimizados, já que estão no processo de resistência e no saber fazer história do seu local, do seu próprio território, significando e ressignificando com o desejo de transformar a realidade e o reconhecimento das diversas comunidades que compõem o Assentamento PAE Ilha Bacuri.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Brasília: IPEA, 1998. 25P.
- ALVES, A.D & JUSTO, J. S. **Espaço e Subjetividade: Estudos Com Ribeirinhos.** Universidade Estadual Paulista, Assis, Brasil. *Psicologia & Sociedade*; 23 (1): 181-189, 2011.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Obra Completa.** Nova Aguilar, 2001.
- ANDRADE, S. D. **Histórias, Contos, Lendas das Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco.** Mestre em Análise Regional, UNIFACS. ANO XII, Ed. Especial. Salvador, BA. Dezembro, 2010.
- ARROYO, M. **Que Educação Básica para os Povos do Campo? Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária.** Textos de Estudos, Boletim da Educação n. 11. MST/ITERPA. RS, 2006.
- ARRUDA, Rinaldo. **“Populações Tradicionais” e a nova proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação.** In: *Ambiente & Sociedade*, ano II, n 5, 1999.
- ARTIÉRES, Philippe. *Arquivar a própria vida.* Estudos Históricos. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil da fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1998.
- BAPTISTA, F. M. C. **Educação Rural: das experiências à política pública.** Brasília: Abaré, 2003.
- BENATTI, José Heder. **Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais.** In: *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas/ Orgs. Sergio Sauer; Wellington Almeida.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 93-113.
- BENJAMIM, Walter. **Rua de Mão única.** Rio de Janeiro, Brasiliense, 1987.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo como espírito.** São Paulo: M. Fontes, 1999.
- BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosangela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: **Ambientes: estudos de geografia.** (Org) Lucia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. P. 235 – 248.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade- lembranças de Velhos.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- CARVALHO, E. C. F. **Vida Ribeirinha: História, Cultura e Trabalho na Comunidade do Rio Tucumandubazinho no Município de Abaetetuba/PA.** – Faculdade de Letras – Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Pará-UEPA, Moju/PA. P.15, 2019.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Trad. Esphraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes. 1998.

CHAUÍ, M. **A Sociedade Democrática** In, MOLINA, M. C; TOURINO, F.C; SOUZA CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito – chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de et al (Orgs.) **Geografia: Conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. P. 15 – 47.

COSTA, Joana Darc da. Entrevista concedida a Gleiciane Carvalho. Abaetetuba, 13 de maio de 2021. Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

COUTINHO, M. V. **Terras de Identidade e Terras de Conflito**: movimento social ribeirinho e regularização fundiária nas ilhas e várzeas de Abaetetuba-Pa.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. **Revista de Geografia da Universidade do Amazonas**, Manaus, v.1, n.1, p. 105-122, jan. / dez. 1999.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JUNIOR, S. C. (Org.): TAVARES, Maria. Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

CRUZ, Valter do Carmo. **Rio como Espaço de Referência Identitária na Amazônia**: Considerações sobre a Identidade Ribeirinha. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

CUNHA, Manoela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CUNHA, Benedito dos Santos da. Entrevista concedida a Gleiciane Carvalho. Abaetetuba, 26 de maio de 2021. Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

DIAS, A. K. M.; CUNHA, E. S. da. **Nas águas e no chão da escola: Os desafios de educadores frente do currículo da educação ribeirinha na Escola Sagrado Coração de Jesus em Abaetetuba/PA**. 2019. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará. Pará, 2019.

DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **História Pensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. P. 31-46.

EUGÊNIO, G.B; L, Karla Dias de. **A Construção da Identidade na Comunidade Remanescente Quilombola do Tucum/ BA**. Poliésis- Revista do Programa de pós-graduação em Educação Mestrado- Universidade do Sul de Santa Catarina- Unisul- Tubarão, v.8, n.13, p, 203-222, jan./jun 2014.

FERREIRA, João. Entrevista concedida a Gleiciane Carvalho. Abaetetuba, 26 de maio de 2021. Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

FILGUEIRA, A. A. de; R. N e S. **A dinâmica rural do município de Abaetetuba (PA): O Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) como ação no cotidiano das populações tradicionais**. Universidade Federal do Pará. VII

Congresso Brasileiro de Geógrafos. A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória/ES. 10 a 16 de Agosto de 2014.

FONTANA, Josep. “**Reflexões sobre a História do Além do Fim da História**”. In: A História para além do Fim da História, EDUSC, São Paulo, 1998.

FRAXE, Therezinha et al. Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais. In:

GOHN, Maria da Gloria. **Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set/Dez

GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina**. XXVII Congreso de la asociacion Latinoamericana de Sociología. VII Jornadas de Sociología de La Universidad de Buenos Aires. Asociacion Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

GONÇALVES. Raimundo Pinheiro. Entrevista concedida a Gleiciane Carvalho. Abaetetuba, 08 de maio de 2021. Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. De Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IKEDA, A. T.; PELLEGRINI FILHO, A. **Celebrações populares**: do sagrado ao profano. In: Terra paulista: histórias, artes, costumes, v. 3, Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial/Cenpec,2008.

JUNIOR, A. G. de; GERONE, A. de; GERNOE, L. G. T. de; GERONE, T. C. L. A. de. **A Religiosidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: Vivencia da Espiritualidade a partir de saberes e cultura popular em relação com movimentos e organizações sociais**. Revista Terceira Margem Amazônia. Vol. 2. N. 6. JAN/JUL.2016.

JUNIOR, J. G. **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. Brasília. Ed. UnB; IOESP. 2003.

LARA, Q. Camila de Britos. **A Importância da Memória para a Construção da Identidade: O Caso da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourado/MS**. História e Democracia: possibilidades do saber histórico Coxim- MS- XIII Encontro Regional de história. 08 a 11 de novembro de 2016.

LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. 12. ed. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. II volume. Lisboa: Edições 70, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**.7. ed. Campinas\SP: Editora da Unicamp,2013.

MARIA, Rosane de Oliveira. **A Política de Regularização Fundiária e Reforma**: o PAE nas ilhas do Para. Universidade Federal do Pará, Núcleos de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Seriola de. **Histórias dos Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE. 1989.

MELLO, Marcelo, M. **Caminhos criativos da história: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. (Dissertação de mestrado). Unicamp: Campinas, 2008.

MIRANDA. Jacilei brabo. Entrevista concedida a Gleiciane Carvalho. Abaetetuba, 12 de maio de 2021. Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

NORA, P. **Entre a memória e história** – a problemática dos lugares. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós- Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo. N. 10, dez. 1993.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoy. Projeto História. São Paulo. 1993.

NORA, Pierre. << Entre mémoire et histoire: la problematique des lieux >>. In GERON, Charles-Robert. (Org). Le lieux de memoire. Paris: Gallimard, 1984. V. 2. La Nation.

PERREIRA, Henrique dos santos (Org.). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Manaus: EDUA, 2009.

PESSOA, F. **Travessias**. Disponível em: <Http://pensador.uol.com.br/fernandopessoa>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudo Histórico, vol. 5. N. 10. P. 202-212.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, S. L. A. **Populações Tradicionais e o Acesso à Terra na Amazônia: Uma “Nova” Reforma Agrária e a Compatibilização de Direitos Culturais, Territoriais e Ambientais**, 2003.

SANTOS, C. R. G. dos; SALGADO, S. M; PIMENTEL, M, A, S, da. **Ribeirinhos da Amazônia: Modo de vida e relação com a natureza**.

SARAIVA, A. L; SILVA, J. C. Da especialidade das festas religiosas em comunidade ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia. Disponível em: [www.e-publicações.uerj.br](http://www.e-publicações.uerj.br). acesso em 28 de setembro de 2021.

SARAIVA, Adriano Lopes. **Festejos e religiosidade popular: o festejar em comunidade ribeirinhas de Porto Velho/RO**. UNIR/ Núcleo de Ciências e Tecnologias, 2007

SARAIVA, L. A; SILVA, J. Costa da. **Espacialidade das Festas Religiosas em Comunidades Ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia**. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 24, P. 7-18, JUL./DEZ, 2008.

SARRAF, Agenor Pacheco. **Oralidades e letras em encontros nos “marajós” ribeirinhos e religiosos urdindo identidades culturais.** COLETANEAS DO NOSSO TEMPO, 2008, Rondonópolis, p 15 a 38.

SCHERER, Elenise. **Mosaico Terra-Água: A vulnerabilidade Social Ribeirinha na Amazônia – Brasil.** In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais; Coimbra, POR. Universidade de Coimbra, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Halbwachs e a memória- reconstrução do passado: memória coletiva e história.** História, São Paulo, Edunesp, n. 20, 2001.

SENA, Maria Neuza Janaú de. Entrevista concedida a Gleiciane Carvalho. Abaetetuba, 14 de maio de 2021. Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

SILVA, Sebastião Janderson Tares da. **Cultura e Educação da Criança Ribeirinha: Estudo na comunidade Santo Antônio no Tracajá-Parintins, Amazonas,** 2018.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. In: **Projeto História** nº 15. São Paulo: EDUC, 1997.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. Les territoires du quotidien. Paris: L’ harmattan, 1995. P. 17-34.

## Anexos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EEDUCAÇÃO DO CAMPO - FADECAM  
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBROS DA COMUNIDADE**

**1. PERFIL DO ENTREVISTADO – OS SUJEITOS.**

2. Nome completo: \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_
4. Sexo:  masculino  feminino
5. Nível de escolaridade:  fundamental  médio  superior  pós-graduado
6. Estado civil:  solteiro  casado  viúvo  outro
7. Local de nascimento: \_\_\_\_\_
8. Reside na comunidade? \_\_\_\_\_. A quanto tempo que reside na comunidade? \_\_\_\_\_

**2. VIDAS E HISTÓRIAS DA COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA**

1. Como surgiu a comunidade?

---



---



---

2. Quem eram os fundadores da comunidade?

---



---



---

3. O que levou eles a construírem esta comunidade?

---



---



---

4. Que situações levaram à escolha do nome da comunidade?

---



---



---

5. Você participou da formação da comunidade:  sim  não

6. Qual papel desempenha ou já desempenhou na comunidade?

---



---



---

7. O que esta comunidade representa para você? E o que leva você a viver neste local?

---



---



---

---

---

8. Quais as principais transformações que houveram desde sua fundação?

---

---

---

**3. FORMAS DE PRODUÇÃO E TRABALHO – PRÁTICAS E VIVÊNCIAS COTIDIANAS**

1. Você trabalha em que?

---

2. Qual o tamanho de sua propriedade?

---

3. Que produtos são cultivados na sua terra e quais tipos?

---

---

4. Como é a forma de trabalho?

---

---

5. Exerce ou exerceu alguma atividade fora do rio?

---

6. Exerce alguma outra atividade não ligada à agricultura, pecuária e pesca?

---

7. Como é a relação entre as famílias produtoras da comunidade?

---

---

8. Onde são comercializados os produtos?

---

---

9. Como a vivência na comunidade influencia na sua forma de trabalho?

---

---

**4 IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS**

1. Em sua opinião como é morar na Comunidade São João Batista?

---

---

---

2. Qual a influência que a comunidade tem sobre seu modo de vida?

---

---

---

3. Você se sentiu pertencente a esta comunidade? Por que?

---

---

---

**5 ORGANIZAÇÕES E LUTAS POR DIREITOS**

1. Como a comunidade se organiza para obter melhorias?

---

---

---

2. Como se dá a relação escola e comunidade?

---

---

---

3. Como os educandos e docentes se envolvem na vida e cultura da comunidade?

---

---

---

4. Existem associações que lutam por melhor qualidade de vida dos moradores?

---

---

---

5. Que Movimentos Sociais se fazem presente na comunidade?

---

---

---

6. Você faz parte de alguma associação?

---

---